



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 135, TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 134ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Críticas ao atraso e parcelamento do salário dos professores do estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos	6
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 45 anos de fundação da Rede Amazônica.	9
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Humberto Costa, como Líder – Apelo aos Governos Estadual e Federal para que ampliem os investimentos em segurança pública no estado de Pernambuco	10
Senador Telmário Mota – Necessidade de renovação política no Congresso Nacional; e outro assunto .	13
Senadora Ana Amélia – Considerações acerca da cerimônia de posse da Drª Raquel Dodge como Procuradora-Geral da República; e outros assuntos	15
Senador Lindbergh Farias – Preocupação com a declaração do General do Exército Antônio Hamilton Mourão acerca da suposta possibilidade de intervenção militar no País; e outros assuntos	20
Senador Jorge Viana – Observações sobre a posse da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; e outros assuntos	28
Senador João Capiberibe, como Líder – Exposição da "Carta de Repúdio contra o Decreto 9.147, que Extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados", entregue a S.Exª pelos povos e organizações indígenas do estado do Amapá e do norte do Pará; e outro assunto	35
Senador José Medeiros – Análise sobre a necessidade de adoção de políticas eficientes na área de segurança pública	41



Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Cobrança de explicações ao Governo Federal a respeito da declaração do General do Exército Antônio Hamilton Mourão sobre a suposta possibilidade de intervenção militar no Brasil; e outro assunto	45
Senador Paulo Rocha – Críticas ao Governo Federal pelo suposto retrocesso nas políticas públicas adotadas pelo Presidente Michel Temer	49
1.3 – ENCERRAMENTO	53

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 134ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Avisos nºs 23 e 26/2017 e do Ofício "S" nº 52/2017, com posterior envio ao Arquivo (Ofícios nºs 62 a 64/2017).	55
---	----

2.1.2 – Discurso e documentos encaminhados à publicação

Senador Ricardo Ferraço – Exposição do editorial "O desastre social na era Dilma", publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> em 3 de setembro do corrente ano.	60
Senador Jorge Viana - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno	63

2.1.3 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 1/2015 para oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	66
---	----

PARTE III

3 – PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO

Nºs 22 a 27/2017	68
------------------------	----

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

6 – LIDERANÇAS

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS



Ata da 134ª Sessão, Não Deliberativa,
em 18 de Setembro de 2017,

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Costa, Telmário Mota, Jorge Viana, João Capiberibe, Paulo Rocha, José Medeiros e Randolfe Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 17 horas e 44 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Dando início à sessão de hoje, eu quero convidar a primeira oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não estando presente, eu convido o segundo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Humberto Costa, que preside esta sessão, eu vou falar hoje do Rio Grande do Sul.

Os servidores do Estado estão indignados, Presidente. Por exemplo, o Governo Sartori está pagando aos professores do Estado o valor de R\$350,00. Desde o dia 5 de setembro, eles iniciaram uma grande mobilização. Pelo menos 1.005 escolas da rede estadual foram paralisadas, o que representa em torno de 40% do total dos colégios estaduais do Rio Grande. Das 2.528 escolas, 542 estão paralisadas de forma total e 513, de forma parcial. O comando de greve do CPERS/Sindicato reitera que a adesão da categoria à greve continua forte.

Em Caxias do Sul, minha cidade natal, os educadores do 1º Núcleo estão realizando mobilização nas escolas, levando até aos estudantes, educadores e pais informações sobre a situação atual da categoria.

Em Santa Maria, educadores e educadoras do 2º Núcleo ocuparam a 8ª Coordenadoria Regional de Educação, fazendo protestos. Os educadores retornarão às escolas somente quando o parcelamento do salário dos professores e funcionários públicos acabar.

Em Santa Rosa, o 35º Núcleo e o 10º Núcleo realizaram um ato público e ocuparam a 17ª Coordenadoria Regional de Educação.

Em Bento, nem mesmo a chuva forte impediu os professores e funcionários do 12º Núcleo de realizarem ato em frente à 16ª Coordenadoria Regional de Educação. Na sexta-feira, com bandeiras, faixas e cartazes, os educadores ocuparam a Coordenadoria por mais de uma hora.

Em Uruguaiana, também na sexta-feira, professores, funcionários e a comunidade escolar se reuniram em frente à 10ª Coordenadoria Regional de Educação. Educadores esclareceram os motivos pelos quais os professores e funcionários estão parados.

Em Gravataí, educadores do 22º Núcleo realizaram um ato em frente à 28ª Coordenação Regional de Educação, mostrando a mobilização forte.

Em Pelotas, professores, funcionários, pais e estudantes das escolas que integram o 24º Núcleo realizaram um ato em frente à 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Durante a mobilização, os educadores e a comunidade escolar denunciaram os ataques à educação gaúcha e aos servidores.

Em Frederico Westphalen, educadores de Alpestre, Ametista, Planalto, Cristal do Sul, Rodeio Bonito, Seberi, Palmitinho, Iraí, Frederico Westphalen e Caiçara realizaram também ato público.

Em Palmeira das Missões, a mobilização ocorreu na tarde desta sexta-feira.

Em Porto Alegre, o 38º Núcleo realizou duas caminhadas: uma na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia e outra no Viaduto Obirici, na Avenida Assis Brasil. Participaram professores,



funcionários, estudantes e familiares das seguintes escolas: Sarmento Leite, Gomes Carneiro, Almirante Bacelar, Almirante Barroso, Godói, Alcides Cunha, Piratini, Oswaldo Aranha, Ernesto Dornelles, Visconde de Pelotas, Aurora Peixoto, Neeja Paulo Freire e Neeja Vicente Scherer, Cristovão Colombo, América, BOG, Júlio Brunelli, Padre Leo, Elmano Lauffer, David Canabarro, Itamarati, Poty Medeiros, Gustavo Armbrust, Dom Diogo de Souza e Rio Branco.

No dia de hoje, a mobilização continua em todo o Estado. Amanhã, dia 19, haverá um ato público estadual, com concentração a partir das 8h, em frente ao CPERS/Sindicato, para depois caminharem até a Praça da Matriz. Na quarta-feira, 20 de setembro, Dia do Gaúcho, os professores farão mobilização no Parque Farroupilha.

As coisas vão de mal a pior lá no nosso querido Rio Grande. Notícias dão conta de que novos parcelamentos ocorrerão em setembro. A parcela será ainda menor do que a paga em agosto, ou seja, menor que R\$ 350,00.

Segundo o CPERS/Sindicato, o Governo estadual faz a opção de continuar penalizando os funcionários públicos e os professores por uma crise que não foram eles que criaram. Os investimentos são realizados em campanhas massivas em veículos de comunicação, mentindo à população e mostrando um Rio Grande do Sul que não é este de que nós estamos falando, ou seja, "com as áreas essenciais à população, educação, saúde e segurança, no mais perfeito funcionamento", diz a propaganda, o que não é verdade.

É inadmissível o que está ocorrendo no Estado. Há uma indignação de toda a população. Foram R\$350,00, e, agora, dizem que R\$300,00 ou R\$250,00 o que eles vão receber. Servidores e professores com salários minguados! A educação é base para o crescimento, é o desenvolvimento de um Estado e de um País. Quando os educadores são tratados com descaso, quando não se valoriza a profissão, algo está errado, e muito errado. Nunca aconteceu algo semelhante na história do Rio Grande. Hoje ainda, no auditório Dante Barone, lotado, estavam lá todos os setores da área da educação, como também servidores, protestando contra o Governo atual.

Não bastasse isso tudo, também no meu Estado, estamos atravessando um grande protesto, com muita indignação, dos produtores de leite do Rio Grande do Sul. Na última quinta-feira, dia 14 de setembro, mais de 500 produtores de leite lá do Rio Grande do Sul interditaram a passagem de veículos na Ponte Internacional Barão de Mauá, em Jaguarão, divisa com o Uruguai. O protesto, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), do Rio Grande do Sul, teve o objetivo de chamar a atenção para a crise no setor do leite. Os produtores reclamaram de que o Uruguai seria responsável pela entrada de leite importado no mercado brasileiro, o que estaria derrubando o preço do produto brasileiro. Manifestantes carregaram faixas com frases como "Não à importação" "Sim à valorização do leite". Os produtores também suspeitam de que há triangulação do produto vindo de outros países: quando um país importa uma *commodity* de outra nação e vende como se fosse sua. A favor do Uruguai, pesaria o benefício do Mercosul, que mantém impostos baixos para países integrantes.

Esse é só o começo de uma série de mobilizações, dizem os líderes da nossa Fetag.

Segundo Juliane Schneider, da Fetag, de lá onde eu tive uma pequena propriedade, pedindo socorro a este Congresso Nacional para que intervenha com pressão junto aos Poderes constituídos para que não continue essa situação de mais uma crise da maior gravidade no Rio Grande do Sul: "Estamos em uma situação de desespero. O preço do leite teve uma baixa de quebrar todos os produtores. Nós já recebíamos R\$1,65 por litro. No último mês, recebemos R\$0,97[por litro].



Estamos pagando para trabalhar. Esse valor não cobre o custo da produção". E o Governo do Estado nada faz, que é como se nada fosse com ele.

Lamentável essa situação do leite no Rio Grande do Sul, de que falei aqui. E fica aqui nosso total apoio aos produtores de leite, que estão, como disse aqui a Juliane, trabalhando, trabalhando e não recebendo um centavo, pagando para trabalhar.

Eu quero também, Sr. Presidente, aproveitar esses últimos nove minutos. Recebi um documento dos auditores fiscais do trabalho com uma nota pública sobre o combate ao trabalho escravo no Brasil. Segundo eles, a exploração de trabalhadores sujeitos a condições de trabalho análogo ao de escravos insiste em existir e subsistir na realidade das relações de trabalhos no Brasil.

Para combater essa odiosa prática de exploração laboral, o Estado brasileiro instituiu, em 1995, política pública destinada a reprimi-la e minimamente socorrer e reparar suas vítimas. As primeiras iniciativas governamentais nesse sentido foram implementadas no governo ainda de Fernando Henrique Cardoso, com a criação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e do grupo especial de fiscalização móvel, então vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ambas as iniciativas mantêm-se ininterruptamente em funcionamento, até este Governo.

Nos governos Lula e Dilma, a ação do Estado Brasileiro foi mantida e robustecida, com garantia de crescente dotação orçamentária e criação de instrumentos legais, que tornaram o Brasil a principal referência mundial no combate ao trabalho escravo.

Dentre as mudanças implementadas na legislação, destacam-se a nova redação dada ao art. 149 do Código Penal, condizente com a realidade encontrada pela fiscalização trabalhista, e a garantia de pagamento de seguro-desemprego aos trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravos.

O combate ao trabalho escravo nunca foi aceito por alguns setores empresariais, os escravocratas, principalmente os que concorrem em desigualdade de condições com aqueles que cumprem a legislação. Esses setores e seus representantes desenvolveram, ao longo dos anos, pressões e iniciativas para a desconstrução das ações que buscam combater e erradicar tal prática criminosa. Como exemplo disso, observa-se a diminuição, neste Governo Temer, do número de equipes de fiscalização destinadas a tal fim, bem como projetos de lei que visam restringir o entendimento daquilo que no art. 149 do Código Penal é conceituado como análogo ao do trabalho escravo.

Porém, apesar de todas as ameaças, o combate ao trabalho escravo tem sobrevivido, e as instituições públicas que atuam na questão vinham conseguindo garantir a política pública de combate à escravidão. Entretanto, sob o mantra da crise econômica e da necessidade – dizem eles, os escravocratas – de economizar, o Governo restringiu a tal ponto os recursos da área da fiscalização trabalhista – Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho – que não há mais dinheiro para custear a execução da política pública de erradicação do trabalho escravo, fato que inviabiliza a continuidade das ações fiscais e, de forma inédita, nos 22 anos de existência desta política de Estado – e não de Governo –, faz cessar a atuação do Brasil na repressão do escravagismo. Veja a que pontos chegamos!

Sendo a submissão de pessoas ao trabalho análogo ao de escravo um crime, todo agente público que, por ação, omissão ou inação deixa de assegurar a continuidade de seu combate, também está cometendo conduta criminosa, o que exige atuação da sociedade civil e das



instituições do Estado, especialmente o Ministério Público, que devem zelar pela garantia dos direitos fundamentais.

Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, eles terminam o documento dizendo: "Nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, que atuamos no combate ao trabalho escravo, alertamos a sociedade – as vítimas da exploração de trabalho escravo gritam por socorro! As ações de combate a esse crime não podem acabar."

É lamentável o que está fazendo o Governo Temer. Esse grito é especialmente destinado à sociedade civil e àqueles parceiros que, nas duas últimas décadas, têm se dedicado a combater o trabalho escravo no Brasil.

Sr. Presidente, eu termino os últimos três minutos dizendo que, hoje de manhã, fizemos uma audiência pública muito forte e muito preocupante; foi quanto ao desemprego no Brasil, principalmente no setor dos frigoríficos. Estavam aqui representantes de trabalhadores e trabalhadoras de todo o País, delegações que vieram para debater essa situação. E o eixo maior lá foi a própria JBS.

E ali foi dito, com todas as palavras, Sr. Presidente: a crise se aprofunda em todas as áreas. Eles entendem que centenas, milhares, milhares e milhares de trabalhadores do setor poderão ser demitidos, se continuar a política atual deste Governo desvalorizando aqueles que têm investimento nessa área.

E ali eles falavam do leite, falavam da carne. Falavam da carne de gado, de porco, de frango. Enfim, o próprio representante do Ministério do Trabalho dizia que, se nada for feito, podem-se esperar dias muito piores no campo do desemprego, atingindo trabalhadores tanto da área rural, como também da área urbana, porque uma é consequência da outra.

Por isso, Sr. Presidente, fizemos lá um documento que vamos remeter às autoridades competentes nessa área do desemprego, para que assumam uma posição mais corajosa, uma posição de vanguarda no combate ao desemprego, que atinge a todos, repito. E as denúncias lá foram da maior gravidade, Sr. Presidente. Ele atinge a todos na área rural, na área urbana, inclusive na área pública. Segundo eles, com a reforma trabalhista, já começaram a não fazer concurso em nenhuma área e a só contratar pessoas via terceirização ou pelo chamado...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... autônomo exclusivo ou pelo trabalho intermitente.

Parece que a frase é de Ulysses Guimarães: quando a gente acha que pior não poderia ficar, aí é que piora mais ainda, por obra do Governo que está aí, Sr. Presidente. Por isso, fica aqui a nossa indignação, o nosso protesto.

Que os documentos que vamos entregar para as autoridades sejam lidos. E as soluções terão que vir. Os protestos crescerão cada dia mais neste País, com o objetivo de garantir saúde, que está muito ruim; educação – li aqui, agora, o protesto em Porto Alegre –; segurança pública, nem se fala; emprego e renda, então, viraram um desespero.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se nesta terça-feira, dia 19 de setembro, às 11h, no plenário do



Senado Federal, destinada a comemorar a Rede Amazônica, pelo aniversário de 45 anos de sua fundação.

O próximo orador, na condição de Líder, serei eu próprio. Transfiro, então, a Presidência ao Senador Telmário.

(O Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Como o próprio Senador Humberto Costa já anunciou, na qualidade de Líder S. Ex^a vai utilizar a tribuna.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, eu queria aqui lamentar a tragédia ocorrida com o jornalista pernambucano Alexandre Farias, vítima de uma bala perdida no último sábado, em Caruaru, cidade onde nasceu e trabalha como apresentador de um telejornal local. No sábado à noite, ele estava saindo do seu plantão na emissora, quando, por infortúnio, se viu no meio de um confronto entre policiais e assaltantes. Uma das balas disparadas pelos criminosos atingiu a cabeça do jornalista, que agora está em coma induzido, em situação crítica, no Hospital Regional do Agreste.

Na verdade, Sr. Presidente, Alexandre Farias não é uma vítima do desconforto, como recentemente foi classificada, de maneira extremamente infeliz, a situação da violência em Pernambuco. Ele é vítima dessa guerra civil que está tragando o Estado para um completo caos, sem que haja reação efetiva do governo local para pôr fim a essa terrível matança que ocorre diariamente nas ruas de todos os Municípios pernambucanos.

Já chega a 4 mil o número de assassinatos ocorridos somente nos oito primeiros meses deste ano. Isso é mais do que qualquer guerra que esteja acontecendo neste momento no mundo. Portanto, esse é um número extremamente avassalador no sentido de nos deixar profundamente preocupados com a segurança da população no nosso Estado. Ou seja, em aproximadamente oito meses foram 4 mil assassinatos que aconteceram, 17 homicídios por dia – pasmem! Isso leva Pernambuco a ultrapassar o Estado de São Paulo em números absolutos no *ranking* de mortes violentas, ainda que o nosso Estado tenha uma população quatro vezes menor do que a população de São Paulo. Hoje, 1% de todos os homicídios que acontecem no mundo acontecem em Pernambuco. Quero repetir para que as pessoas tenham a noção da gravidade desse quadro: 1% dos assassinatos que acontecem no mundo acontecem em Pernambuco. Portanto, é uma situação de verdadeira calamidade pública.

Diante desse campo de guerra em que se transformaram as ruas do Estado, o Governo infelizmente ainda assiste a tudo de maneira inerte. Ontem à noite, no bairro de Boa Viagem, uma área nobre na Zona Sul do Recife, dois homens foram mortos dentro de um carro em que os assassinos, logo em seguida, atearam fogo para carbonizar os corpos. Isso tudo perto de uma rua extremamente movimentada, a 300m da praia, bem próximo ao maior *shopping center* da cidade.

Em Caruaru, onde no sábado o jornalista Alexandre Farias foi baleado – eu aqui já me referi a isso –, o número de homicídios este ano já supera aqueles registrados em todo o ano de 2014. Repetindo: em Caruaru, a maior cidade do interior do Estado, o número de assassinatos acontecidos até agora, oito meses dessa estatística, já supera o número de assassinatos acontecidos em todo o ano passado, em todo o ano de 2014, perdão.



Estamos vivendo uma situação de tremenda calamidade em Pernambuco, onde todos os esforços do Governo do Estado têm se mostrado insuficientes para conter a criminalidade e meter freios nessa crescente onda de violência que assombra os pernambucanos.

Até o fim de 2017, a expectativa é de que 6 mil seres humanos tenham perdido a vida em Pernambuco, nessa guerra em que parte expressiva das vítimas é de cidadãos e cidadãs inocentes. Isso para falar somente de assassinatos, porque, quando citamos outros tipos de crimes, como roubos e especialmente estupros, o quadro é ainda mais dantesco.

É preciso que o Governo do Estado assuma o fracasso nessa área, em vez de, como têm feito alguns assessores totalmente despreparados, zombar da inteligência dos pernambucanos quando dizem, por exemplo, que Paris é mais violenta do que o Recife porque esse secretário nunca foi assaltado em Recife, mas foi assaltado em Paris. Certamente em Recife anda protegido nos carros oficiais. É um escárnio que nos toma todos por idiotas.

Não quero aqui deixar de reconhecer que o Governador Paulo Câmara tem particularmente se empenhado para resolver o problema. Nestes próximos dias teremos a contratação de milhares de novos policiais, que vão trabalhar em áreas estratégicas. Mas é inegável também que ele é muito mal assessorado nessa área e as suas políticas não têm surtido qualquer efeito que atenda ao interesse da população.

Portanto, é absolutamente imperioso que ele reconheça e registre o fracasso da sua política de segurança pública e tente construir, inclusive com a participação da sociedade, de especialistas nesta área – uma área em que Pernambuco, inclusive, dispõe de quadros extremamente bem preparados –, essa alternativa, em vez de ficar buscando tapar o sol com a peneira.

O Pacto pela Vida, implantado pelo governo Eduardo Campos, que trouxe resultados importantes para Pernambuco e levou, por exemplo, os homicídios em 2013 à metade de tudo o que foi registrado somente nos oito primeiros meses deste ano, ruiu. Ele está absolutamente desfigurado, falido, não cumpre mais o seu papel.

Portanto, trata-se de agora buscarmos construir uma nova política, um novo modelo de segurança pública. E quem tem que fazer isso é o Governo do Estado, o Governador em especial. É o Governo que tem a responsabilidade de garantir as ações de prevenção, as ações de promoção à paz social e também as ações de repressão.

Hoje o nosso Estado lamentavelmente, Sr. Presidente, é terra de ninguém, onde praticamente em todas as cidades do interior já houve algum tipo de assalto a bancos e caixas eletrônicos, chegando-se ao ponto de o Banco do Brasil, por exemplo, que é o banco que dispõe do maior número de agências no interior, recusar-se a reconstruir as agências que foram explodidas pela ação de grupos organizados, que, muitas vezes, chegam em bandos, fecham as entradas da cidade, fecham ruas e, a partir dali, explodem as agências. Como muitas agências já foram fechadas por conta disso, eles passaram a atacar agora os carros de transporte de valores. Já são vários trabalhadores da área de segurança mortos por emboscadas realizadas pelas quadrilhas que trabalham com roubo de bancos e que explodem esses automóveis e, a partir dali, levam o dinheiro que ali está.

As pessoas mais pobres são as mais prejudicadas, porque, como as agências deixaram de existir nos seus locais de moradia, eles são obrigados a viajar para cidades maiores, gastando com o transporte, e a já consumir tudo de que têm necessidade naquela própria cidade maior, porque receiam voltar para casa com o dinheiro, já que os assaltantes atuam também nas estradas, especialmente na BR-104, que conduz à cidade de Santa Cruz do Capibaribe ao polo de



confeções. Então, são centenas e centenas de ônibus, e muito e muitos já foram assaltados também.

E é por isso que nós estamos na defesa para que seja implantado um novo modelo, com novas ideias, e o Governador do Estado precisa assumir a liderança dessa discussão, ter um papel mais proativo em vez de somente reagir quando casos escabrosos, como os desse fim de semana, em que 41 pessoas foram assassinadas, ocorrem.

É lamentável ver um Estado com o potencial de Pernambuco destruído pela criminalidade. As pequenas cidades que têm a sua economia geralmente mobilizada pelos pagamentos do Bolsa Família, dos benefícios de prestação continuada ou da aposentadoria dos seus moradores, como agora esses moradores estão viajando para outras cidades para receber o seu dinheiro e comprar os gêneros de que necessitam, a economia desses Municípios está começando a entrar em uma situação de fracasso também. É assombroso ver a população acuada, trancafiada em casa, sobressaltada quando sai porque não sabe se será vítima da violência e mesmo se conseguirá voltar.

Os pernambucanos não merecem viver um drama dessa magnitude, não aguentam mais ver famílias destruídas pelo crime; jovens, na sua maioria pobres e negros, tendo o futuro ceifado a balas e facadas. Estamos perdendo toda uma geração para a violência e já passou da hora de haver uma resposta dura e inteligente a esse caos social em que estamos mergulhados.

E, mais ainda, precisa o Governo do Estado assumir – o Governador em especial – uma posição mais firme, porque isso que está acontecendo hoje, em Pernambuco, com certeza tem a ver com o fracasso da política de segurança pública, mas tem a ver também com o fato de que o nosso Estado está sendo um dos mais prejudicados por este Governo golpista, que assumiu a Presidência da República depois do *impeachment* da Presidenta Dilma.

De lá para cá, nós temos dois estaleiros quase que praticamente fechados; a refinaria não continua com o seu processo de construção; a Hemobrás eles querem levar para outro Estado; os recursos do PAC não chegam até Pernambuco; os pedidos de empréstimos, por exemplo, da cidade do Recife não são atendidos; o Ministro das Cidades, que deveria olhar para todos os Municípios do Brasil – não demandando aqui que ele olhe só para Pernambuco, mas deveria olhar para todos os Municípios do Brasil –, mostra hoje o jornal *Folha de S.Paulo*, tem destinado quase que a totalidade dos recursos do seu Ministério, um dos mais importantes na área de infraestrutura, aos prefeitos do PSDB.

Então, o Governador precisa dizer em alto e bom som, como nós estamos dizendo aqui. Pernambuco, que, durante os governos de Lula e Dilma, passou a ser visto, pela primeira vez, de acordo com o seu potencial, hoje é visto pelo Governo golpista, apesar de estarem lá quatro ministros de Pernambuco – se juntarem todos não dá um. Estão lá quatro ministros, e o nosso Estado sofrendo; sofrendo com a falta de investimento; sofrendo com a falta de liberação de recursos; sofrendo com o impedimento de que o Estado tem acesso a empréstimos, e, ao mesmo tempo, sem também nenhuma ajuda na área de segurança.

O Governo Federal poderia destinar algum tipo de recurso para que fossem feitos estudos visando à implantação de um novo modelo de segurança pública no Estado de Pernambuco, mas o Presidente Temer só está preocupado com a segurança de uma única pessoa neste País, que é a dele, o medo de ser processado e preso. Não vai olhar para um Estado que está vivendo esse verdadeiro estado de guerra.



Sr. Presidente, eu vou concluir aqui o meu pronunciamento para que outros e outras Parlamentares possam se manifestar, mas quero deixar registrado aqui o meu protesto, a minha cobrança ao Governo do Estado de Pernambuco e ao Governo Temer para que olhem pelo nosso Estado para que nós não fiquemos mergulhados numa verdadeira guerra civil não declarada que tem ceifado a vida de tantas pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Humberto.

Senador Humberto, convido V. Ex^a para assumir a Mesa porque o próximo orador sou eu.

(O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Telmário Mota, na condição de orador inscrito, por 20 minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Lindbergh, legítimo representante do Rio de Janeiro, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, é com muito pesar que venho anunciar o falecimento da líder indígena Diva Rodrigues de Freitas. Diva, como era conhecida, nasceu no Baixo Rio Branco, no dia 13 de outubro de 1964. Ela deixa 6 irmãos, 5 filhos e 13 netos.

Apresento minhas condolências à família da Diva e a toda a comunidade indígena enlutada por essa guerreira, que sempre batalhou por melhorias na saúde indígena como secretária do conselho local.

Era sempre brincalhona e irreverente com os que a cercavam, mas firme, ética e ardorosa defensora dos projetos sobre saúde indígena. A Diva, como era conhecida, não só defendia a saúde indígena, mas era, Sr. Presidente, uma soldada do primeiro momento na defesa de todas as lutas dos povos indígenas. Se a luta fosse dos professores, a Diva ali estava presente; se fosse da saúde, a Diva estava presente; se fosse questão de terra, de espaço, de conquista, a Diva estava presente; se fosse questão de preconceito contra os povos indígenas, a Diva também estava presente.

Inclusive, lutando aqui em Brasília para tentar indicar o primeiro indígena para comandar o DSEI Leste do Estado de Roraima, ela bateu à porta do Parlamentar. E ele foi de uma falta de delicadeza imensurável. Chegou a expulsá-la de dentro do seu gabinete. Mas, mesmo assim, a Diva nunca abaixou a cabeça. E não tenho nenhuma dúvida de que a luta da Diva não foi em vão. Enquanto existir um só índio, ele estará lutando por esses direitos para que amanhã seu destino possa ser conduzido pelos próprios indígenas.

Portanto, ficam aqui as minhas condolências a ela, a essa guerreira que precocemente parte, mas que deixou um legado, uma história de luta pelo seu povo. Tuxaua, como mulher, ela comandava uma comunidade no Município de Pacaraima e estava à frente de todas as lutas dos povos indígenas.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna hoje para um breve pronunciamento que considero necessário ao momento de intensa tempestade política por que passamos.



Por um lado vemos, a cada dia, mais e mais homens públicos com a moral desmoronada diante de operações policiais; vemos um Judiciário e um Ministério Público implacáveis contra a corrupção, expondo a enorme podridão administrativa que se acumulou por tanto tempo; vemos um sistema político corroído, cuja reforma tão necessária tropeça na Câmara dos Deputados, que, por sua vez, não ouve a voz da população.

A propósito, existe algum cartaz ou manifestação neste País pedindo reforma política?

É um cenário de fim do mundo este, um cenário de calamidade política sem precedentes o que se afigura ao nosso redor. É natural que a população se sinta descrente e abandonada pela política, ou pior, sinta-se massacrada pelos homens públicos que deveriam praticar a boa política, mas nada mais fazem do que trocar votos por favores escusos, enriquecendo a si e à própria família.

Inicialmente, eu gostaria, Sr. Presidente, de reverenciar e enaltecer o talento e o espírito público de promotores e juízes, pela forma segura, técnica e implacável com que têm operado a Justiça, num "doa a quem doer" sem amarras e com muita coragem. E essa uma atitude que todos deveríamos aplaudir e incentivar e que está passando a limpo a história política da Administração Pública em nosso País.

Há que se por um basta nesse estado de coisas e banir da vida pública toda essa turma que rouba, enriquece e vota contra o povo e contra o trabalhador brasileiro. Desta tribuna, eles culpam o aposentado, falam que o aposentado é privilegiado e vai quebrar o Brasil, mas nenhum deles vem a esta tribuna para explicar a mala de dinheiro em fuga nas mãos do Rocha Loures, que foi capturado pela Polícia Federal.

Essa respeitada Polícia Federal, Sr. Presidente, que foi aplaudida de pé nos desfiles de 7 de setembro, encontrou R\$51 milhões do Sr. Geddel Vieira Lima e seus aliados, que se se mantêm calados. Por que esse silêncio?

A eles pergunto: se todo o dinheiro público que vocês roubaram fosse devolvido, qual seria o montante que sobraria para os investimentos em educação e saúde de que tanto carecemos, sem precisar mexer na honrada aposentadoria dos brasileiros? É isso que cada um deles deve responder.

Até quando, Sr. Presidente, esses políticos do mal prevalecerão? Pois afirmo aqui que podemos nos unir para pôr fim a essa situação de crise institucional que nos afoga em meio a tanta coisa malfeita que se descobre a cada raiar do dia.

Pois, se hoje as manobras ocultas impedem o andamento da reforma política que tramita no Congresso, que façamos nós, os políticos de bem, de braços com a população, uma reforma efetiva. Façamos isso, eu e você, nas urnas que vêm, negando o nosso precioso voto a esses bandidos marcados pelo Ministério Público e pelo Judiciário, banindo-os para sempre da vida pública.

Vamos juntos, em 2018, fazer a reforma definitiva de que tanto se necessita e que dificilmente sairia deste Congresso.

Sr. Presidente, nós não podemos esperar que as exclusões de políticos que não têm um procedimento republicano sejam feitas só pelo Ministério Público ou pelo Judiciário. A população como um todo tem que ter a consciência de que voto não é instrumento de troca, de que voto não é instrumento de negócio. Voto é o ato cívico de responsabilidade com a Nação e, sobretudo, com a nossa população e a nossa própria família.

Quando se vota errado, quando se negocia o voto, novamente se elegem os malfeitores, novamente se elegem os corruptos. E é, portanto, excluindo isso desse procedimento, votando pela



consciência, pelo passado, pela dignidade, pelo compromisso real, que nós vamos construir o País dos nossos sonhos.

O Congresso, Câmara dos Deputados e Senado, não pode ser culpado pelos nossos erros na hora da votação. É fundamental que se olhe a plataforma, é fundamental que se acompanhe o passado. Eu sempre digo aqui que pau que nasce torto não tem jeito: morre torto; até a cinza é torta. Então, é fácil você saber o futuro se você for olhar o passado. E aí estão carimbados, aí estão identificados pelo Ministério Público, pelo Judiciário, em função de suas práticas reprováveis.

Não é possível – não é possível! – que a sociedade brasileira possa se acostumar com os erros. Precisamos corrigir.

E depois de tantas mazelas, depois de tantas denúncias, depois de limpar a sujeira debaixo desse tapete – nesse sistema democrático que permite isso –, é hora de irmos às urnas e ali, sim, carimbar, colocar o nome, o nome da renovação. Não da renovação pela simplicidade, mas a renovação de se trocar o mal pelo bem, porque dessa forma vamos construir o Brasil dos nossos sonhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Ex^a e gostaria, antes de passar a palavra para o próximo orador, de registrar aqui a visita, para nós muito agradável e importante, dos alunos do Colégio Santo Américo, do ensino fundamental, de São Paulo, e também dos estudantes de Direito da Universidade Santa Cruz do Sul (Unisc). Agradecemos a presença de todos aqui.

Agora, na condição de oradora inscrita, chamo a Senadora Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul.

Peço ao Senador Medeiros que possa me substituir aqui durante a... (*Pausa.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão – que já está de saída –, Humberto Costa. Sei que não é pela minha entrada na tribuna, mas é por uma agenda que V. Ex^a tem. Dou-me o direito de fazer a brincadeira pela amizade e o respeito que temos.

Queria também, Senador Humberto, me solidarizar com o que aconteceu com o colega jornalista no interior de Pernambuco. É uma tragédia, mais uma, nessa lista interminável de mortes por balas perdidas ou por confrontos, por violência urbana e também rural. Quero me solidarizar com a manifestação de V. Ex^a, porque um colega estava ali, uma vítima inocente no lugar errado, uma pessoa vítima de uma situação desse nível de confronto. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a pela manifestação, pela abordagem desse tema, candente para todos nós.

Caro Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, especialmente os visitantes que nos dão a honra da visita aqui no Plenário do Senado Federal, nesta tarde de segunda-feira, dia que não é de sessão deliberativa – temos sessões deliberativas às terças, às quartas e às quintas-feiras; hoje e sexta são sessões não deliberativas –, nós estamos aqui hoje nesta condição. Por isso, é de imaginar que o plenário não esteja lotado dos colegas Senadores.

Eu venho, antes de tratar do tema central do meu pronunciamento, Senador Jorge Viana, lembrar novamente que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, enfrenta uma tragédia provocada por enchentes que desalojaram mais de 200 famílias, que estão fora de casa na região da fronteira oeste.



Nesta região foram até agora, neste ano, seis enchentes, Senador – seis enchentes! São áreas ali com alagamentos... No Município de Dom Pedrito, por exemplo, o Prefeito que assumiu disse que são seis enchentes neste ano, e não se viu na história da região um episódio tão repetidamente ocorrido. Nem mesmo as intervenções feitas pelo Ministério da Integração Nacional e pela Defesa Civil, anteriores a isso, com a decretação de emergência, foram implementadas, e vem já, mais, a sexta enchente atingindo os rios em Alegrete, Dom Pedrito e Quaraí, as cidades mais afetadas. Lembro que Quaraí, especialmente, fica exatamente na fronteira com o Uruguai, atravessada pelo Rio Quaraí, e, do outro lado, é a cidade de Artigas; e também Dom Pedrito, na região da fronteira oeste, e Alegrete, que é o Município com maior extensão de área do Rio Grande do Sul. Então, o Rio Quaraí subiu 2,8 metros, e o Rio Santa Maria, 6,7 metros com essas enxurradas.

Então, eu quero renovar aqui na tribuna a solicitação para o Ministério da Integração, especialmente para a Defesa Civil, que tem sido exemplarmente zelosa e eficiente nessas operações, atendendo e socorrendo; e, da mesma forma, para a Polícia Rodoviária Federal. Tive a oportunidade, pelas chuvas que também ocorreram, Senador Medeiros, de ver a atuação de seus colegas da Polícia Rodoviária Federal. Na noite de sexta-feira, continuava a chuva, depois de três dias de chuva na região da serra, que é formada por morros de pedras, terra e vegetação espessa. Eu estava, por volta de meia-noite, cruzando a estrada entre Feliz e Nova Petrópolis, uma das áreas mais bonitas na região da Serra rumo a Canela – eu passaria também por Gramado –, e rolaram duas gigantescas pedras daquela montanha em cima do asfalto, interrompendo totalmente o fluxo de veículos ali naquele momento. Por sorte, nenhum veículo foi atingido, senão seria uma tragédia, pelo tamanho das pedras que rolaram da montanha para a pista de asfalto que faz a ligação entre Feliz e Nova Petrópolis. E, muito prontamente, a Polícia Rodoviária Federal que atende a região foi lá com a ajuda do Corpo de Bombeiros, e fizeram cunhas sobre as pedras. E conseguiram ali, com o esforço físico dos policiais rodoviários e do Corpo de Bombeiros, empurrar as pedras ao acostamento da pista, viabilizando, eu diria, em 40 ou 50 minutos, liberando o trânsito daquilo que poderia ter sido um gravíssimo acidente.

Então, eu fiz esse registro na minha página social, no Facebook, e logo recebi da página oficial da Polícia Rodoviária uma manifestação, exatamente por eu ter reconhecido aquele exemplar trabalho da Polícia Rodoviária Federal, que tem sido exemplar também nessas outras ações, assim como a própria Defesa Civil.

Eu queria agora entrar no tema que me traz a esta tribuna, Senador Jorge Viana. Eu estive, junto com o Senador Medeiros, o Senador Jorge Viana e vários Senadores, todos os Senadores de Goiás, terra natal da nova Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, na cerimônia que foi hoje às 8h da manhã, uma cerimônia que primou por um rito absolutamente, eu diria, severo, um rito respeitoso, mas que me surpreendeu, Senador Medeiros e Senador Jorge Viana, pelo número de pessoas que compareceram à posse da Procuradora Raquel Dodge.

Algum significado há nisso: não apenas o fato de ser a primeira mulher a comandar a Procuradoria-Geral da República, mas a forma como ela descreveu no seu pronunciamento a linha de ação que vai tomar à frente da Procuradoria-Geral da República, que foi comandada até pouco pelo Dr. Rodrigo Janot.

E ela ali deixou muito claro, primeiro, que não abrirá mão de uma investigação séria. Defendeu com muita ênfase o equilíbrio e o respeito na relação entre as instituições, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, Poder Executivo e Legislativo.



Nós não vínhamos vendo essa situação de normalidade nessas relações, e havia até uma crise institucional visível nas relações entre as instituições que integram o sistema jurídico brasileiro, que integram o sistema democrático brasileiro.

E a ponderação da Dr^a Raquel, até na voz, até no tom de voz, até ao falar sem arroubos, sem "rompâncias", sem arrogâncias, demonstrou ali a objetividade – e eu diria até – e a obstinação de estabelecer um comportamento diferenciado voltado para a instituição que ela defendeu muito bravamente.

E ela também lembrou ali que o País passa por um momento de depuração: "os órgãos do sistema da administração da Justiça têm no respeito e harmonia entre as instituições a pedra angular que equilibra a relação necessária para se fazer justiça em cada caso concreto".

Esse foi um dos trechos da fala da Dr^a Raquel Dodge, que foi ao final aplaudida de pé por uma plateia que lotou todo o Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República. E lá estavam vários Senadores e vários Parlamentares, mais o Poder Judiciário, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, e a Presidente do STJ, Ministra Laurita Vaz, mostrando que as mulheres no Brasil, se não estão em número suficiente no Poder Legislativo, elas estão ocupando espaços extremamente relevantes em outros setores da Administração Pública e, em especial, de áreas tão especializadas como o Poder Judiciário – a Suprema Corte da Justiça do País comandada por uma mulher, e também o STJ.

Foi ali também que a Dr^a Raquel Dodge disse que

sob a Constituição de 1988, a Nação brasileira tem escolhido construir sua história valorizando a liberdade de expressão e de reunião, apreciando a democracia, repudiando a corrupção e pedindo o reconhecimento dos seus direitos. [E] O Ministério Público como defensor constitucional do interesse público posta-se [disse ela] ao lado dos cidadãos para cumprir o que lhe incumbe claramente a Constituição e de modo a assegurar que todos são iguais e todos são livres, que o devido processo legal é um direito e que a harmonia entre os Poderes é um requisito para a estabilidade da Nação.

Ninguém está acima ou abaixo da lei, sublinhou a Dr^a Raquel Dodge, que até usou frases do Papa Francisco para dizer que – abro aspas –

a corrupção não é um ato, mas uma condição, um estado pessoal e social no qual a pessoa se habitua a viver. O corrupto está tão fechado e satisfeito em aumentar a sua autossuficiência que não se deixa questionar por nada nem por ninguém. Construiu uma autoestima que se baseia em atitudes fraudulentas, passa a vida buscando os atalhos do oportunismo, ao preço da sua própria dignidade e da dignidade dos outros. A corrupção [finalizou ela] faz perder o pudor que protege a verdade, a bondade e a beleza [nas palavras do Papa Francisco, citadas pela Dr^a Raquel Dodge].

Tenho a convicção, caros colegas Senadores, de que a Dr^a Raquel não vai abrir mão de nenhuma das prerrogativas, no sentido de um zelo cada vez maior pelo exercício da responsabilidade constitucional que compete ao Ministério Público, defensor da sociedade. E fará isso com muito equilíbrio.

No dia da posse da Dr^a Raquel, duas entrevistas me chamaram a atenção – uma entrevista feita por Ângelo Goulart Villela, Procurador da República, que ficou 76 dias na prisão. A



entrevista dele é suficientemente grave e forte para que tenhamos uma reflexão sobre tudo que acontece no País, Senador Jorge Viana.

Não só esse Procurador, Ângelo Goulart Villela, diz que o que mais dói não é a prisão em si, mas a dignidade ferida – e talvez aí ele não tenha dito, mas a injustiça. Ele faz observações que não deixam bem o ex-Procurador Rodrigo Janot.

Também, há outras duas entrevistas interessantes, uma do Carlos Eduardo Sobral, que é Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal. Ele disse que a Procuradoria da República errou ao não enviar à Polícia e à perícia imediatamente todos os áudios que foram oferecidos nas delações premiadas.

Então, é uma observação de um agente público, de um agente da área técnica da investigação. Não vou nem discutir aí a disputa de competências e prerrogativas na área investigatória entre o MP e a Polícia Federal, mas a observação do Delegado Carlos Eduardo Sobral merece também uma reflexão, como, da mesma forma, a palavra da Dr^a Samantha Chantal, que diz que não podemos abrir mão da delação.

Nós não podemos, penso eu. Eu agora falando, eu, Ana Amélia, Senadora. Nós votamos, e até faço registro: foi uma iniciativa da ex-Presidente Dilma Rousseff a questão do instituto da delação premiada ou colaboração premiada.

E esse instrumento tem validade. Ele precisa ser apurado, usado com mais rigor, com critérios. Por isso, a Procuradora da República Samantha Chantal, que coordena exatamente essa área, está sugerindo, também em outra entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que se crie um manual de procedimentos sobre como se vai operar a delação para efeito de um processo investigativo.

Então, penso que, no dia da posse da Dr^a Raquel Dodge, se sobressai, primeiro, a disposição dela de continuar trabalhando para que, dentro da instituição, de tudo que dali sair, não haja questionamentos da sociedade e das demais instituições brasileiras.

Eu penso que esse é um comportamento, uma atitude que vai auxiliar muito no fortalecimento do próprio conceito da Procuradoria-Geral da República como órgão defensor da sociedade.

Então, me animou muito ouvir da Procuradora Raquel Dodge exatamente o compromisso feito e formalizado perante um auditório lotado de autoridades, de Parlamentares, de membros do Poder Judiciário, de advogados que, enfim, foram ali ouvir uma autoridade que chega com a disposição, não por ser mulher, mas com a disposição de acertar e também de prestigiar a instituição que ela preside.

Então, eu trago essa reflexão e, com muita alegria, concedo o aparte ao Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Há poucos dias uma repórter me perguntou aqui no corredor, no Túnel do Tempo do Senado, o que eu esperava da futura Procuradora, Dr^a Raquel Dodge. Eu disse que não só dela, mas também de todos os outros que viessem a compor a Procuradoria-Geral da República, o que a gente espera, nós e todos os brasileiros, é justamente o que foi dito hoje, na posse, ou seja, que o procurador não tenha ninguém acima dele que não seja a lei. Nós defendemos a independência do Ministério Público Federal, defendemos todas as prerrogativas. Agora, nós todos, Senadores, Presidente da República, todos neste País temos sobre nós um teto, que é o nosso limite, que é o limite da lei. E



nós não podemos conceber, sob pretexto algum, sob objetivo algum, que os meios para que se chegue à Justiça sejam meios...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Escusos.

O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – ... escusos. Nós não podemos admitir que o instituto da delação, que é um instituto válido em vários países ... Eu vejo que a nossa lei não é ruim, mas o problema é quando os agentes públicos tomam a lei, torcem a lei de acordo com os seus entendimentos. Então, não dá para a gente aceitar e ficar calado a respeito, por exemplo, da delação do Joesley. Nós todos questionamos isso e depois está sendo esclarecido que havia algo de podre ali naquele reino. Segundo, não se pode conceber que membros do Ministério Público deem um gravador para uma pessoa e ela saia por aí gravando quem quer que seja. Nós também não podemos conceber que, por exemplo, houve até ano de prazo para oferecer uma denúncia, um procurador, no apagar das luzes, na sexta-feira à noite, após acabar o expediente, ofereça denúncia contra quem quer que seja. Por que não deixa para a segunda-feira? A outra procuradora iria resolver isso. Então, essas coisas é que precisam ser feitas. No mais, este Senado que tem sido tão criticado... Muita gente vem dizer que nós somos contra o Ministério Público. Ninguém aqui é contra o Ministério Público. O Ministério Público tem todo o nosso apoio.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – Agora, assim como o Senado, como os Senadores precisam cumprir a lei, nós precisamos exigir também que a lei seja cumprida. Isso porque, Senadora Ana Amélia, hoje eu vejo que nós votamos enganados aqui a prisão de um Senador. Eu não tenho dúvida disso depois de saber como foram feitas as coisas. Ou seja, o Senador foi chamado para uma emboscada de um flagrante preparado. Eu não tenho dúvida de que houve um flagrante preparado. E este Senado foi enganado. Então, nós não podemos conceber isso. E eu fico tranquilo, porque, na sabatina da Dr^a Raquel Dodge, eu percebi que dali os brasileiros não precisam esperar surpresa. Basta esperarem que vai haver cumprimento da lei. Agora, há gente dizendo: "Olha, muita gente vai ter saudade de Janot, porque ela é muito mais dura do que ele". Não! Nós não estamos querendo procurador mole. Nós queremos que ajam de acordo com a lei, somente isso. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Eu gostaria que esse aparte do Senador constasse também do texto do meu pronunciamento, porque ele complementa exatamente o meu ponto de vista. Eu tenho confiança, seguramente... Trabalhamos juntos, muitas vezes, com o Dr. Rodrigo Janot, na defesa das 10 Medidas Contra a Corrupção. Aqui fomos defender essa iniciativa, continuamos defendendo esse procedimento.

Portanto, nós temos, eu diria assim, a situação confortável, como disse V. Ex^a, de estarmos dos dois lados. Nós queremos uma instituição forte, mas uma instituição cujo líder não pode estar acima e também nem abaixo da lei.

Obrigada, Senador Medeiros. Obrigada, Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou só informando que eu seria o próximo inscrito, mas eu já tinha tido aqui um



anúncio de quealaria o Senador Lindbergh, companheiro e Líder do nosso Partido na Casa. E é para ele que eu passo a palavra. Com a palavra V. Ex^a, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço muito, Senador Jorge Viana. Eu subo a esta tribuna para falar novamente sobre democracia.

Você sabe, Senador Jorge Viana, que há vários autores que começam a falar da incompatibilidade entre a aplicação de políticas neoliberais e democracia, em um certo momento da história do capitalismo em que a democracia entra em choque com os objetivos prioritários dessas políticas.

Há uma escritora canadense, chamada Naomi Klein, que escreve sobre este momento atual. Ela escreveu um livro chamado *A Doutrina do Choque* – inclusive há um documentário que está no YouTube, de 1 hora e 18 minutos, também com esse nome, *A Doutrina do Choque* –, em que ela faz primeiro a ligação com o que houve no Chile de Pinochet.

Ela chama atenção de que aquele receituário neoliberal aplicado pelos economistas da Universidade de Chicago, discípulos de Milton Friedman, acontecia em um momento de uma ditadura sanguinária. O ex-ministro de Salvador Allende, Orlando Letelier, que foi assassinado – uma bomba explodiu o seu carro, nos Estados Unidos –, três semanas antes de morrer, fazia essa denúncia dessa aliança do Chicago Boys com a ditadura sanguinária de Pinochet.

E ela cita uma frase de Milton Friedman acerca daquele momento – que ela traz para os dias atuais –, em que Milton Friedman diz o seguinte: é preciso você aproveitar uma crise para impor, de forma rápida e súbita, todo um outro programa.

Eu acho que é isso que está acontecendo no Brasil. A gente já vinha denunciando um ataque à democracia naquele golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, um golpe em que alegavam pedaladas fiscais. Nós conseguimos provar ali que não houve crime de responsabilidade por parte da Presidência da República. Mas eles estavam decididos a mudar o Governo, porque queriam mudar a política, queriam impor um programa de entrega do nosso patrimônio público nacional, de retirada de direitos dos trabalhadores, de redução de salários. E isso foi feito, a gente está vendo o que está acontecendo no País agora.

Estão entregando o pré-sal, querendo vender a Eletrobras, vendendo terras a estrangeiros. A reforma trabalhista tem um objetivo único de reduzir salários para tirar as empresas da crise, aumentando suas margens de lucro em cima do povo trabalhador.

Então, nós tivemos aquele processo ali do *impeachment* da Presidenta Dilma.

E continuamos enfrentando um debate sobre restrição democrática, porque o golpe deu errado. O golpe está desmoralizado. As suas principais figuras – Aécio, Eduardo Cunha, Temer – estão desmoralizadas. A situação da economia é muito ruim. Só nos últimos 12 meses, houve um acréscimo de desemprego de 2,5 milhões de pessoas. E agora eles querem o quê? Impedir a posse, impedir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. A perseguição a Lula faz parte desse contexto.

Nós aqui também temos denunciado medidas de exceção, estado de exceção que convive com o Estado democrático de direito. Quantos abusos por parte do Poder Judiciário? Aqui Ruy Barbosa... É dele a frase: "A pior ditadura é a ditadura do Judiciário, porque contra ela você não tem a quem recorrer."

Há um agigantamento das atribuições do Poder Judiciário. Agora, nestas últimas semanas a gente viu de tudo: impedindo peça de teatro em Jundiaí, decisão judicial; decisão judicial mandando retirar quadros de exposição em Mato Grosso; decisão judicial cancelou a Parada Gay



na Ilha do Mel no Paraná; decisão judicial até sobre a eleição do Vasco da Gama, em tudo há decisões judiciais extrapolando – na minha opinião – as suas competências. Fizemos aqui um debate intenso este ano e ano passado sobre isso.

Falo tudo isso porque muito nos preocupou a intervenção do General do Exército Antonio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças das Forças Armadas, que, na última sexta-feira, disse, Senador Jorge Viana, que companheiros do Alto Comando do Exército entendem que uma intervenção militar poderá ser adotada se o Judiciário não solucionar o problema político.

Mourão asseverou que poderá chegar o momento em que os militares terão que impor isto: ação militar e que essa imposição não será fácil. Segundo ele, seus companheiros do Alto Comando do Exército avaliam que ainda não é o momento para ação, mas ela poderá ocorrer após aproximações sucessivas. Continua o General Mourão: "Então, se tiver que haver, haverá [no caso, ação militar], mas hoje nós consideramos que as aproximações sucessivas terão que ser feitas."

Ainda, segundo o General, "o Exército teria planejamentos muito bem-feitos sobre o assunto", mas não detalhou. Ora, estamos tratando aqui de um fato gravíssimo, uma clara violação, não apenas aos regulamentos militares, mas, sobretudo, à Constituição do Brasil e de uma séria e explícita ameaça à nossa combatida democracia.

Eu concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-lo por trazer o tema a debate no plenário do Senado, nesta tarde, Senador Lindbergh, porque casualmente V. Ex^a e eu estávamos presentes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... quando o General Comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, com todas as letras, mais de uma vez, repetiu que fora da Constituição não há atalho e que o papel das Forças Armadas é pela legalidade, pela estabilidade e pela legitimidade. Ora, isso é suficiente no meu entendimento. E ele é o comandante; senão, seria o General Mourão o comandante, mas não é ele. Quem manda e fala pelo Exército, a única voz a falar pelo Exército é a voz do comandante. E a disciplina militar de caserna pressupõe isto: a disciplina. Eu fico com a palavra do General Villas Bôas, absolutamente assertiva, que repetiu tudo aquilo que falou na nossa audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; ele reafirmou exatamente o compromisso das Forças Armadas – não apenas do Exército, mas também de Marinha e Aeronáutica – com os princípios e preceitos constitucionais. E eu confio realmente nessa palavra, porque conheço pessoalmente o General Villas Bôas, que é uma das cabeças mais brilhantes do nosso País – na área civil, seria bom que nós tivéssemos uma pessoa tão preparada quanto ele. Então, não desconheço, mas eu também gostaria apenas de limitar que não é essa a posição das Forças Armadas brasileiras. Obrigada. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que é importante o posicionamento da Senadora Ana Amélia. E eu também vi atento a manifestação do General Villas Bôas, com quem, todos sabem, eu tenho uma relação de convivência, de amizade, de admiração e de muito respeito. Achei muito oportuna, mas eu acho que foi muito grave a manifestação de um general quatro estrelas, que já tinha tido um precedente de indisciplina...



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Qual é o exemplo que vemos? Um general quatro estrelas tem já responsabilidade, por si só, de ser um devoto da Constituição; tem que ter lealdade com a Constituição. Independentemente, eu não estou fazendo juízo do contexto em que ele falou, mas, havendo a voz de um general quatro estrelas não sendo leal à Constituição, como não foi a manifestação dele, eu acho que requer uma manifestação mais dura, mais firme, mais clara do próprio comando do nosso País, do comando das Forças Armadas e do Exército. Eu acho muito oportuna a manifestação – foi no fim de semana – do General Villas Bôas e eu o cumprimento por isso. Sabemos que ele é um brasileiro obediente à Constituição. É ele que nos respalda a fazer falas no sentido de ter tranquilidade. Agora, em tempos de Bolsonaro, em que a insensatez, o ódio, a intolerância estão presentes, nós não podemos ter um general quatro estrelas falando isso numa palestra. E aí eu acho que ele mesmo poderia ser mais explícito de dizer se foi uma questão contextual, de contexto, mas, na minha opinião, eu acho que foi algo muito grave, que teve uma repercussão muito grande na sociedade. E o Brasil já está vivendo problemas demais para ainda ter que conviver com situações como essa, que nos fazem ficar preocupados.

Era isso. Desculpe-me ter incomodado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu agradeço-lhe muito, Senador Jorge Viana.

Eu passo para o Senador Capiberibe, depois para o Senador Medeiros; e retomo a fala depois.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador, eu considero que há, na sociedade brasileira, um descontentamento generalizado, uma descrença, uma desesperança. E, no serviço público também, esse descontentamento é enorme com os cortes orçamentários, que reduzem as possibilidades, sucateiam as estruturas e os equipamentos de todas as organizações do Estado brasileiro. Seria normal que, dentro do Exército, também ocorresse esse descontentamento, essa insatisfação pela redução dos seus orçamentos, mas nem de longe permitiria que um general quatro estrelas desse uma declaração e fizesse uma manifestação, na verdade, uma ameaça, de intervenção, contrariando a Constituição brasileira. Considero que é normal a insatisfação, mas isso não pode atingir a Constituição, o respeito às leis. E mais: providências têm de ser tomadas do Alto-Comando do Exército, da Presidência da República. Agora, alerta também esta Casa, o Parlamento brasileiro. O Parlamento brasileiro está de costas para a sociedade; não atende as expectativas e o grito da sociedade. Precisamos se voltar para ouvir o povo e corresponder àquilo que o povo quer. Nós aqui não avançamos em quase absolutamente nada no que a sociedade pretende. A reforma política não anda; o que se faz aqui são reformas que só fazem aumentar a insatisfação popular, só fazem ampliar a desesperança. E o Senado e a Câmara precisam estar alertas: essa insatisfação é grande na sociedade brasileira. É inadmissível que isto parta de um general de quatro estrelas, é impensável uma situação como esta: uma declaração gravíssima em que cabem providências energéticas por parte do Alto-Comando do Exército. Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Passo para o Senador Medeiros e depois retomo aqui a fala.



O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Eu vou na linha do Senador Jorge Viana e da Senadora Ana Amélia sobre o alto nível de temperança do General Villas Bôas, que teve aqui domínio próprio e que mostrou como entende da vida do País, de geopolítica. Eu entendo que ele saberá resolver esse inconveniente, que eu lhe digo que, com certeza, está incomodando muito o Exército Brasileiro, porque nós, até agora, vimos uma Força centrada, e – para usar uma linguagem coloquial – o Exército está muito na dele. Eu me senti, sinceramente, constrangido de ver um general de alta patente ser infeliz daquela forma. Eu vou dizer infelicidade, porque não coaduna... Nós temos aqui nossas lutas políticas, o Brasil passa por suas crises, mas não é hora, nem de longe, de nós pensarmos em ruptura, porque nós estamos resolvendo os nossos problemas. Nós temos a capacidade, nossas instituições têm a capacidade de resolver os nossos problemas. Então, eu sinto que ele foi um ponto fora da curva e eu não tenho dúvida de que o General Villas Bôas vai chamá-lo às falas, porque, com todo o respeito pelo general quatro estrelas, ele não esteve à altura do seu estrelado no momento infeliz daquela fala.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço os apartes da Senadora Ana Amélia, do Senador Jorge Viana, do Senador Capiberibe e do Senador Medeiros.

Eu quero dizer, Senadora Ana Amélia, que eu compartilho da mesma visão que a senhora tem em relação ao Comandante do Exército, General Villas Bôas, que esteve na Comissão de Relações Exteriores – V. Ex^a tem razão – fazendo uma fala muitíssimo importante, falando do respeito à democracia que as Forças Armadas têm, que o Exército Brasileiro tem. Agora, esse fato é um fato grave, essa declaração do General Mourão é uma declaração grave. E eu quero aqui chamar a atenção da omissão por parte do Governo, do Ministro da Defesa. Esse fato tem de ter repercussões, porque isso é quebra de hierarquia também. Então, é importante, na minha avaliação, um posicionamento do Ministro da Defesa em relação a essa atitude. Isso é ato passível de punição, porque, num momento como este, isso parece uma ameaça ao mundo democrático.

Eu conversava com um amigo historiador, que dizia o seguinte: "Se não houver algum tipo de atitude contra essa ação do General Mourão, nós colocamos mais um elemento de instabilidade." Repõe-se a clássica questão militar novamente como alternativa de saída da crise, algo que estava completamente superado.

Nós não vamos ficar só nos discursos. Nós estamos aqui prontos já com pedido de convocação do Ministro da Defesa, que já protocolamos na Comissão de Relações Exteriores, e queremos, quinta-feira, votar esse pedido de convocação do Ministro Raul Jungmann. E peço ao Governo que se posicione, como peço também a outros partidos do campo governista, PSDB e outros, que têm uma história neste País em vários momentos, para se posicionarem num momento como este. Nós estamos fazendo isso por respeito à democracia, volto a dizer.

E o Senador Capiberibe aqui fala do desgaste das instituições. Senador Capiberibe, há uma pesquisa, que é feita em toda a América Latina, chamada Latinobarômetro, que, desde 1995, afere a credibilidade das democracias na América Latina. De fato, em 2016, apenas 32% das pessoas no Brasil – o Brasil está na pior colocação – achavam que a democracia era o regime preferível. Eram 54% em 2015. É claro que, com todo esse processo de fragilização democrática de que eu falei, que para mim foi reforçado com o *impeachment* da Presidenta Dilma, sem provas, com tudo aquilo, nesse ambiente de uma certa anarquia institucional, uma confusão institucional violentíssima, tudo isso aumenta, mas é duro saber que 68% da população brasileira preferem saídas autoritárias. Infelizmente, temos que encarar isso de frente.



Por isso, eu acho que deve haver uma medida muito dura. E eu cobro aqui do Governo e de outras forças políticas um posicionamento sobre esse caso envolvendo a declaração do General Mourão.

Sr. Presidente, eu queria aqui também falar sobre violência, sobre o problema da segurança pública, sobre o que está acontecendo no Rio de Janeiro.

Domingo foi mais um dia de conflitos. Houve lá na Rocinha uma guerra entre facções, Senador Capiberibe. Eu vejo o Rio de Janeiro completamente à deriva. As pessoas não têm a quem recorrer, uma omissão completa do Estado, do Governo Federal, de todos. E V. Ex^a veja o seguinte: em julho deste ano, o Governo Federal fez um estardalhaço, dizendo o seguinte: "Vamos levar o Exército para o Rio de Janeiro." E eu já vi tanto o Exército ser utilizado no Rio de Janeiro! Só que as pessoas no Rio estão cansadas. Uma ação de propaganda, simples ação de propaganda!

Sabe o que aconteceu, Senador Jorge Viana, no domingo? Saiu a informação de que, desde o dia 21 de agosto, o Exército não participa de uma operação. Sabe por quê? Sem dinheiro, falta de recursos. São os cortes orçamentários de que o Senador Capiberibe falou. Está aqui uma nota do Estado-Maior Conjunto, que fala que estão à disposição, mas precisam de provimentos. Está aqui o General Villas Bôas novamente dizendo: "Conduzo seguidas reuniões sobre a gestão dos cortes orçamentários impostos ao @exercitooficial. Fazemos nosso dever de casa, mas há limites."

A questão da segurança pública no Rio de Janeiro está sendo tratada desta forma: como propaganda. Eu, Senador Jorge, discuto muito, porque as saídas fáceis, infelizmente, não resolvem o problema.

Novamente, o General Villas Bôas fala sobre a utilização excessiva do Exército em garantia de lei e ordem em conflitos urbanos, porque o soldado do Exército é preparado para a guerra, Senador Jorge Viana. Ele não é preparado para aquela situação em que você tem ali um conjunto de moradores no Complexo da Maré, por exemplo, em que você tem de ter uma polícia que tenha proximidade com a população, que proteja o cidadão. Não! O Exército é outra coisa. É guerra. Não podemos nos esquecer de que há vida de gente ali, de crianças. Eu tenho argumentado muito que talvez fosse mais fácil ir no couro de todo mundo: "Vamos!" Não! Nós temos de pensar mais profundamente, reformar nosso sistema de segurança público brasileiro.

Senador Jorge Viana, nós somos a única polícia... Você sabe que a polícia militar não investiga? É a única polícia do mundo. Ela faz o policiamento ostensivo. E a outra polícia investiga. O que o policial militar pode fazer? Só prender em flagrante. Nada. Não há polícia nenhuma no mundo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele corre risco todos os dias. Ele e a família são assassinados todos os dias nessa tentativa de, sem respaldo constitucional – pois poderia fazer uma investigação, saber até onde está indo –, só fazer o enfrentamento. Quem corre mais risco, sinceramente, são os policiais militares.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. E os trabalhadores policiais estão sofrendo. É a polícia que mais mata e a que mais morre também no mundo. É uma loucura o que está acontecendo no Brasil.

Vale dizer, Senador Jorge Viana, que é uma guerra que é desproporcional, porque vendem-se drogas na zona sul do Rio de Janeiro, no Leblon, em Ipanema, em Copacabana. Eu nunca vi entrar um caveirão, que é aquele carro blindado, dando tiro em Copacabana, Ipanema e Leblon, mas entram nas comunidades carentes. E morre muita gente inocente nessa guerra toda.



E eu estou muito preocupado com os soldados do Exército também, porque estão colocando-os numa guerra para a qual eles não estão preparados. Eu quero citar novamente o General Villas Bôas, que diz o seguinte: "O uso das Forças Armadas em ações de segurança pública é desgastante, perigoso, inócuo". Aí ele começa a falar que o único Estado em que não houve o emprego foi São Paulo. Ele cita a participação do Exército no Complexo da Maré, agora, há pouco tempo, no Rio de Janeiro, e conta uma visita dele lá. Diz o General Villas Bôas:

[...] um dia, me dei conta [...]

Os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas –, armados. E passando crianças, senhoras, eu pensei: "Estamos aqui apontando arma para a população brasileira. Nós somos uma sociedade doente". E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos de realmente repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo.

É isso que estamos vendo.

Eu chamo atenção, porque, na quarta-feira que vem, na Comissão de Constituição e Justiça, estão querendo votar a redução da maioridade penal. São saídas sempre as mais simples que eles querem, fazendo discursos.

E eu fico pensando qual é a lógica. Alguém acha que a gente vai melhorar a situação da segurança pública pegando, nesse sistema prisional nosso falido... Já somos a quarta população carcerária do mundo: 622 mil presos, 40% de presos em prisões provisórias. Nós tivemos um aumento de 170% de presos nos últimos dez anos. Melhorou alguma coisa colocar mais gente nos presídios?

Então, quer dizer que a grande saída para essa juventude é encarceramento? Uma juventude que já está sendo exterminada – são 30 mil assassinatos por ano, 77% são jovens negros moradores das periferias, que estão sendo exterminados pelo tráfico, pela milícia e pela violência policial também, de uma polícia despreparada –, agora vamos encarcerar? Vocês acham que isso vai melhorar a situação?

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque nós vamos colocar, Senador Jorge Viana, esse jovem sabe onde? Nos presídios que são dominados pelo PCC, pelas grandes facções. Nós estamos é agravando a situação!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a vê que é lá de um presídio federal de Rondônia que está sendo comandada essa ação lá na Rocinha, no Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O chefe da facção está lá em Rondônia, dentro de um presídio, e criando o terror na Rocinha, no Rio de Janeiro, na disputa de território.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, eu sei que eu estou abusando, mas será que V. Ex^a me concederia mais três minutos, porque eu quero acabar o raciocínio?

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria fazer uma pequena intervenção. Veja só: este é um País de dimensão continental e a União não tem uma política de segurança pública para o País. Não existe. Não há política de segurança. Nós Senadores não temos com quem discutir segurança aqui no plano federal, porque foi delegada aos Estados a segurança do cidadão. Nós não podemos convocar aqui. Quem nós vamos convocar para discutir segurança pública? Não temos, porque não há uma política, não há uma estrutura. Há uma Secretaria Nacional de Segurança Pública esvaziada, sem orçamento. Então, é fundamental que o Estado brasileiro tenha uma política de segurança pública que construa, junto com os Estados, uma saída que não é essa que está aí. Essa guerra contra o tráfico faliu. Faliu em todo o mundo. Nós temos que reconstruir políticas em aliança com a sociedade. Só isso que funciona. O Estado brasileiro perdeu o controle da metade do País. Perdeu completamente o controle. O povo quer sair dessa opressão. O povo brasileiro da periferia vive aterrorizado e sabe que ele pode ajudar a sair. Nós temos que construir um modelo de segurança pública aliando as forças de segurança e também a sociedade. Amanhã... Eu venho tentado pelo menos forçar a União a criar um orçamento. Criando um orçamento, tem que haver política. Só há política quando há orçamento; se não há, não existe. Não existe política pública sem orçamento. Então, amanhã está na pauta do Senado, é o segundo item da pauta, a PEC 24, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. É para trazer para a União a responsabilidade...

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... de compartilhar a segurança pública dos brasileiros e brasileiras. Então, amanhã está na pauta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ótimo.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... instituir esse fundo, e eu peço o apoio para que a gente possa dar um passo adiante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, Senador Capiberibe.

Eu queria lembrar aqui sabe quem? Darcy Ribeiro e Brizola, porque Darcy Ribeiro e Brizola diziam, de forma muito clara: menos presídio, mais educação, escola de horário integral.

Eu estive, Senador Jorge Viana, em Campos, na sexta-feira. Eu fui ao Instituto Federal Fluminense. Nós tínhamos 140 escolas técnicas antes de Lula assumir. Ele transformou as escolas técnicas em IFs; passaram a ter ensino superior; aumentou para 644. Eu vinha de Campos. Sabe o tinha lá em Campos? Tecnologia, piscina, quadras de esportes. A juventude lá, fazendo esporte, teatro. E eu vi que a gente teve, com todas as limitações nesse período da história, a inclusão dessa juventude filha de trabalhador na universidade pública; jovens negros entrando nas universidades. Só que agora você tinha uma política para a juventude. Há estudos que mostram: quanto mais jovens no ensino médio, menos ele está cometido, participando de crimes. Quando ele sai da escola ele fica mais vulnerável.

Pois bem, a gente teve uma política para a juventude. Qual é a política para a juventude agora? É o oposto de Darcy e Brizola: é menos escola, menos educação e mais presídio, encarceramento. Os números estão aqui. Sabe qual é o corte da educação superior no Orçamento



do próximo ano? É de 42%. Cai de 6 bilhões... Não, desculpem. Cai de R\$8,7 bilhões neste ano para R\$5,9 bilhões – uma redução de 32%. Essa educação tecnológica de que eu falei, sabe o que vai acontecer? Eram R\$7,9 bi em 2015; caiu para R\$3,7 bi. No próximo ano vai cair para R\$2,8 bi. Então, estamos tirando recursos da educação!

E chamo a atenção, Senador Jorge Viana...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... quando se fala em violência, e nessa fase de idade, para quem defende a redução da maioria penal, nós estamos destruindo o SUAS. Este ano, tudo que está ligado à pobreza está no SUAS. O orçamento é de R\$2,3 bi. Sabe para quanto caiu? Para R\$67 milhões – redução de 97%! Vai acabar aquela política assistencial que ia atrás dos menores que estão fora da escola, que estão fora das famílias. Hoje nós temos assistentes sociais que fazem esse trabalho de busca ativa. Não vai ter mais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Seis milhões de pessoas voltando para a miséria e para a pobreza.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Seis milhões, em dois anos. Neste ano a previsão é de 3,5 milhões a mais de pobres.

Agora, você veja: estão destruindo a assistência social, retirando recursos da educação e propondo como alternativa a essa juventude o encarceramento. Eu chamo a atenção disso, e chamo a atenção também, quando eu falei da questão do Exército... Você sabe que, em relação às Forças Armadas, há uma redução do Orçamento de R\$6,8 bi neste ano para R\$1,9 bi no próximo ano? Um corte de 71%. O Programa de Proteção de Fronteiras e o Sisfron vão a zero. Por isso, Senador Jorge Viana, eu defendo muito que o Exército se concentre na fiscalização das fronteiras e das armas e drogas que entram no País. Mas eles querem mudar a situação, querem colocar o Exército para tratar de segurança pública.

Eu encerro agradecendo a V. Ex^a...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu espero que nesta semana a gente consiga impedir esse conjunto de propostas que querem aprovar aqui. Estão atacando o Estatuto do Desarmamento. É outro projeto, eles querem acabar com o Estatuto do Desarmamento.

E na próxima quarta-feira a votação da redução da maioria penal na CCJ. Eu peço às entidades dos movimentos sociais: mobilização! Da última vez houve uma grande mobilização. O Eduardo Cunha conseguiu aprovar esse projeto na Câmara, e nós conseguimos parar aqui no Senado. Agora está com a gente aqui no Senado.

Peço mobilização da sociedade, porque é possível, sim, com mobilização derrotarmos esse projeto aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Como orador inscrito, passo a presidência para o colega, querido amigo, Senador Capiberibe, para que eu possa fazer uso da tribuna.



(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Jorge Viana, das cabeceiras do rio, do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É verdade. Nós falamos que somos aqui meio que guardiões, ou pelo menos tentamos ser, dos nossos rios. V. Ex^a, amigo, vive na foz, e eu vivo lá nas cabeceiras dos rios.

Fiz uma viagem agora, de dois dias, da Reserva Extrativista Chico Mendes até Rio Branco pelo Rio Acre. O rio está bem baixo; é o período em que ele fica mais seco. E é muito grave o que está ocorrendo nas nascentes.

Estou criando um projeto de recomposição das nascentes, mas quero envolver muita gente: universidade, educadores, pesquisadores, governos, tudo. É um projeto de vida e de 20 anos para frente, para recompor todas as nascentes, que são milhares, do Rio Acre, que passa por oito Municípios lá. Eu acho que são atitudes como essa que todos nós podemos e devemos adotar.

Mas eu fiquei um pouco animado porque eu vi uma fauna boa, vi muito... Depois, inclusive, vou fazer um discurso aqui sobre o que eu vi, sobre essa expedição que eu fiz, aproveitando meu feriado de 7 de setembro.

Mas, Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, todos que me acompanham pela Rádio e TV Senado, acho que hoje foi um dia cercado de expectativa. Eu me refiro à saída, ontem, do Dr. Rodrigo Janot. Ele deixou de ser o Procurador-Geral da República, e houve a posse da Dr^a Raquel Dodge, às 8h da manhã. Eu passei a noite em um voo do Acre para cá, cheguei muito cedinho e cedinho estava lá. Isso tem tido uma repercussão enorme na imprensa, nas redes sociais, na vida nacional. E é fato que nós devemos, no mínimo, na primeira sessão, no dia em que temos a posse da nova Procuradora, ter um debate também aqui na tribuna do Senado, para constarem nos *Anais* as nossas impressões sobre este momento que o Brasil vive.

Eu trago aqui três questões, todas envolvidas, todas próximas, em volta desses desafios que temos. Eu trago, Sr. Presidente, um artigo escrito ontem pelo mestre do jornalismo Janio de Freitas. Nós cobramos muito da imprensa, criticamos muito, mas nós temos grandes jornalistas, mulheres e homens, neste País.

Eu tenho procurado... Acho que a situação parece ter chegado a um ponto de tanta crise que não sei se está havendo mais liberdade, ou se, agora, deixaram de ver que eram uns contra os outros, porque havia movimento contra o PT quando estava no governo, e, agora, parece que as coisas estão... Eu consigo acompanhar um pouco mais o noticiário e queria inclusive cumprimentar os jornalistas todos.

Tenho acompanhado o Kennedy Alencar, que tem tido coragem de criticar, de apontar caminhos com a análise política que faz na própria CBN. Tenho lido jornalistas renomados, que têm história, já, no jornalismo do Brasil, como o Veríssimo no jornal *O Globo*, e hoje eu trago algumas observações que o jornalista, mestre do jornalismo, Janio de Freitas traz sobre a saída de Janot, o Dr. Rodrigo Janot, e a entrada da Dr^a Raquel Dodge. Foi escrito ontem. Eu li com atenção.

E ele recomenda, ele fala, com a experiência que tem, da necessidade de a Dr^a Raquel continuar no combate à corrupção. E ele fala: é melhor ir em frente! Ele elogia também o Dr. Rodrigo Janot, ele faz um elogio, e eu vou pedir para constar nos *Anais do Senado* esse artigo. Ele



faz um elogio, mas ele critica. Ele reconhece os avanços do Doutor Rodrigo Janot e critica abusos e omissões que foram cometidos durante o seu período e cobra da Dr^a Raquel Dodge que evite os erros, os excessos, os abusos, mas que mantenha uma linha que ele entende como de avanço do Dr. Rodrigo Janot, de combate à corrupção.

É evidente que nós estamos vivendo um período em que todos nós ficamos chocados – cidadãos, setores da imprensa e o próprio Supremo. Os famosos vazamentos criminosos vitimaram pessoas, destruíram vida de muita gente, atingiram a figura do ex-Presidente Lula. Ele foi atingido como ninguém, e sua família. Eu lembro que conversas da D. Marisa, já falecida, com os filhos foram vazadas de maneira criminosa e ninguém fez nada. E o Jânio de Freitas fala que isso é algo gravíssimo que, de alguma maneira, mancha, compromete a própria Operação Lava Jato.

Ele coloca aqui:

O caráter político da Lava Jato até hoje ocupa adeptos seus com pretensas negativas: artigos e declarações sem fim. Nestes últimos dias, [o Dr. Rodrigo] Janot deixou-lhes uma armadilha. Está no seu pedido de arquivamento da investigação de José Sarney, Renan Calheiros e Romero Jucá, cuja prisão chegara a pedir.

Então, veja: nós tivemos de fato, há um ano atrás, o pedido de prisão do Presidente do Congresso. Um ano depois o mesmo Ministério Público pede o arquivamento. Mas o delator, o criminoso que levou o Ministério Público a uma atitude tão radical dessa e a um outro pedido de arquivamento, não acontece nada com ele. Então tem algo – ou é um abuso, ou o Ministério Público viveu uma trapaga. Eu acho que é isso que dá nós cairmos numa armadilha de botarmos o Brasil inteiro refém de criminosos confessos, de bandidos.

A delação premiada é algo fundamental. Nós enfrentamos o crime organizado no Acre há 20 anos. Buscar ter a colaboração de membros das quadrilhas é fundamental, mas aquilo não pode ser uma sentença, como tem sido tratado hoje, porque o bandido, o criminoso quer se livrar do crime que ele já cometeu. E é nessa insensatez que nós seguimos.

Eu vi uma reportagem do Fantástico mostrando a vida, a vida bem boa dos delatores: uns em Angra dos Reis, andando de iate, tomando uísque, curtindo o dinheiro do roubo; outros em coberturas no Rio de Janeiro, de 800 mil metros quadrados, curtindo, passam o dia fazendo exercício, recebendo amigos. Criminosos confessos; compraram esses patrimônios com dinheiro roubado, mas, no afã de se fazer uma ação cega de combate à corrupção, aceita-se a convivência e a convivência com criminosos. Eu acho que isso o Judiciário precisa corrigir, acho que isso o Ministério Público precisa corrigir. É isso que o Janio de Freitas traz, citando aqui o Dr. Sérgio Moro, citando aqui o Dr. Rodrigo Janot. Ele fala também: "No caso da nomeação [da tentativa de nomeação do Presidente Lula], porém, a Lava Jato quis o processo contra Lula, pela alegada intenção, e Sérgio Moro quis julgá-lo."

Então, veja bem, na hora em que houve um vazamento ilegal, você fez uma transferência também, porque estava a Presidente da República conversando com o Presidente Lula, aquele era um processo para estar no Supremo. O Jânio de Freitas diz: "Aquilo estaria na mão da Justiça." Mas não, havia uma intenção de levar o Presidente Lula para Curitiba. E isso se materializou. O Ministro Teori morreu e ninguém fez mais nada.

E está aí o Presidente Lula, a única liderança popular do País, passando por uma situação em que eu só encontro, na história, referência sobre o Getúlio Vargas, o Juscelino Kubitschek e o Presidente Lula. Será que não vai entrar alguém para pôr ordem nisso?



Eu espero que a Dr^a Raquel Dodge cumpra esse papel. O Ministério Público é fundamental, é uma espécie de espinha dorsal. Hoje eu ouvi que é quase um poder constituído, amparado na Constituição. Ele tem um papel fundamental. Não pode ter excessos.

Então, eu queria aqui pedir para constar nos *Anais* esse artigo de ontem do Jânio de Freitas. E também queria fazer algumas ressalvas sobre o discurso da Dr^a Raquel Dodge. Eu a conheço bem. Ela nos ajudou no Acre, há quase 30 anos, há 25 anos. É comprometida com a causa dos direitos humanos, com a causa ambiental, com a causa dos povos originários indígenas. Hoje eu falava com ela e ela citou – e isso é muito importante – a preocupação com o meio ambiente. Ela foi corajosa também, acho que fez um discurso, eu diria, muito correto, apropriado. Eu espero que, se esse discurso que ela fez for executado, for cumprido – e eu acredito que seja –, sinceramente não vai haver espaço para nenhum tipo de abuso por membro do Ministério Público, que precisa ter o respeito de todos nós e o apoio de todos nós.

Eu queria, inclusive, fazer um comentário. Tentei falar com o jornalista Fernando Rodrigues, que é um renomado jornalista, que eu também sei que trabalha com informações, com pesquisa, que é um grande jornalista, mas saiu, inclusive, na coluna dele uma nota que eu acho que deve ter vindo por alguém que não veio com a informação correta, que faz referência ao PT, faz referência à nossa Bancada como se nós, como se os colegas do PT tivéssemos uma visão de que a Dr^a Raquel Dodge seria uma espécie de Brindeiro – a Raquel Brindeiro. Não há nenhuma hipótese, eu posso afirmar, Fernando Rodrigues. Estou aqui só fazendo uma ressalva, sei que você sempre corrige quando há alguma desinformação, porque você é uma pessoa que nos informa muito com suas colunas, mas não há esse clima, não há essa discussão, falo em nome da Bancada.

Fui testemunha da posição da Bancada, participei das reuniões. Há uma confiança muito grande da Bancada na ação do Ministério Público, especialmente da Dr^a Raquel, de que ela possa corrigir os excessos, de que ela possa pôr fim aos vazamentos seletivos e criminosos, de que ela possa, com a sua equipe, controlar para que não haja um excesso por parte de membros do próprio Ministério Público no sentido de usurpar poderes que não lhes cabem e essencialmente que eles possam ajudar o Brasil a combater a corrupção e a levar adiante essas ações todas que envolvem a Lava Jato, mas que não se faça injustiça.

Então, faço esse reparo. Está aqui o Líder. Sou testemunha da Bancada de que não há esse clima, nunca houve. Aliás, há o de confiança e de expectativa de que criminosos vazamentos seletivos, de que ações dirigidas para um lado ou para outro não possam acontecer.

Eu leio, antes de passar para o Senador Lindbergh, porque gostei muito de uma parte que ela falou no seu discurso: "O Ministério Público deve promover justiça [falou a Dr^a Raquel, e leio aqui], defender a democracia, zelar pelo bem comum e pelo meio ambiente [ressalto, porque é uma parte importante], assegurar voz a quem não a tem e garantir que ninguém esteja acima da lei e ninguém esteja abaixo da lei".

O que tem havido ultimamente é que parece que alguns estão acima da lei e que há outros que a lei não alcança. É evidente que há uma ação dirigida, com mão de ferro, contra o PT, contra setores da sociedade, porque as prisões estão demonstrando; por outro lado, gente, com prova, com materializadas provas, está solta, no bem-bom.

E é muito perigoso. Todo o aparato de combate à corrupção fica refém de delatores, de criminosos, de réus confessos. É muito perigoso. Em qualquer lugar do mundo, a delação é a parte da instrução do processo, parte importante, mas o Estado tem que trabalhar com as provas, tem que reunir provas, para não ficar refém da fala mentirosa, criminosa de delatores.



Eu ouço o Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, muito rapidamente quero dizer que esse é o sentimento nosso, como um todo, do Partido dos Trabalhadores, é de esperança com essa posse da Procuradora Raquel Dodge. A gente sabe que ela vai ser firme, dura nas investigações, mas acha que ela tem a chance de recuperar a sobriedade – sem vazamentos seletivos, sem ações espalhafatosas. Ela pode, inclusive, ajudar a resolver um pouco esse problema do descompasso institucional. A gente está vivendo uma situação que parece de anarquia institucional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu uso um termo mais duro. V. Ex^a sabe que sou ponderado, Senador Lindbergh, nós somos aqui ponderados, procuro sempre achar a melhor solução. Mas nós estamos vivendo, sim, uma crise institucional profunda, que beira a anarquia institucional – isso é um fato concreto –, com um *impeachment* sem crime de responsabilidade, com mais da metade dos ocupantes do Palácio já presa, sem nenhuma legitimidade, com o Supremo num confronto direto com o Ministério Público e vice-versa.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Você sabe que nisso o ex-Ministro Joaquim Barbosa tem razão. Ele deu uma declaração à *Folha de S.Paulo* dizendo o seguinte: "Depois que afastaram uma Presidente eleita sem crime de responsabilidade, abriu-se terreno para que tudo pudesse acontecer no meio dessa confusão institucional." Mas eu sinceramente acho que a nova Procuradora Raquel Dodge pode ajudar a criar outro clima no País. E espero também, pela sua história, que o tema defesa da Amazônia, que hoje assume a centralidade na pauta, bem como o da defesa dos direitos humanos e das causas indígenas assumam agora, neste novo momento, com ela à frente, um protagonismo. Então, a nossa posição aqui é a de cumprimentar a Procuradora e a de ter esperanças de que ela cumpra um grande papel num momento tão difícil da vida política brasileira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu, então, queria, já caminhando para o encerramento, agradecer muito o aparte do colega Senador Lindbergh.

A Dr^a Raquel, para falar de corrupção, citou o Papa Francisco. Ela reproduziu um posicionamento do Papa Francisco, que acho que é importante constar nos *Anais* da Casa, porque é um posicionamento, eu diria, muito feliz, que traduz bem...

Diz o Papa Francisco, como parte do discurso da Dr^a Raquel:

O Papa Francisco nos ensina que "a corrupção não é um ato, mas uma condição, um estado pessoal e social, no qual a pessoa se habitua a viver. O corrupto está tão fechado e satisfeito em alimentar a sua autossuficiência que não se deixa questionar por nada nem por ninguém. Construiu uma autoestima que se baseia em atitudes fraudulentas; passa a vida buscando os atalhos do oportunismo [diz o Papa Francisco como parte do discurso da Dr^a Raquel, que recorreu a ele para falar de corrupção], ao preço de sua própria dignidade e da dignidade dos outros...

E aí diz a Dr^a Raquel:

A corrupção faz perder o pudor que protege a verdade, a bondade e a beleza" (em o nome de Deus é misericórdia [...]) [fazendo referência à origem dessa fala do Papa Francisco]. Zelar pelo bem comum é uma tarefa grandiosa do Ministério Público, que é coadjuvada



pelo papel que cada cidadão pode fazer por si mesmo e pela integridade do País. É uma tarefa necessária, que exige de nós coragem.

O País passa por um momento de depuração, os órgãos do sistema de administração da Justiça têm no respeito e harmonia entre as instituições a pedra angular que equilibra a relação necessária para se fazer justiça em cada caso concreto. Temos de cuidar [e aqui eu ressalto o diz a Dr^a Raquel] da dignidade da pessoa humana. A Constituição não a estabelece apenas como ideal, mas exige concretude em relação a cada indivíduo, pautada pela observância da lei e dos direitos individuais.

O Ministério Público, como fiscal da Constituição e das leis, deve zelar pela dignidade de cada pessoa, pois a dignidade humana é essencial para assegurar um futuro de paz no País e entre as nações.

Então, eu penso que as palavras, Senador Capiberibe, que ela nos trouxe são fundamentais. As instituições precisam se reencontrar com o mando da Constituição e das leis. Está evidente que temos pessoas, em nome e boas causas, como disse ainda há pouco o Senador José Medeiros, agindo à revelia da lei, é evidente, está claro.

Eu vou encerrar – e aí eu vou ouvir o Senador Capiberibe – dizendo que o jornal *Folha de S.Paulo* hoje traz várias páginas com uma entrevista, como disse aqui a Senadora Ana Amélia, do Procurador Ângelo Villela, de 36 anos, que passou 76 dias preso. Foi pedida a prisão dele pelo Procurador Rodrigo Janot, por estar envolvido ou ter suspeita de seu envolvimento no caso JBS. Ele dá uma entrevista que, no mínimo, vai levá-lo para depor na CPI da JBS – no mínimo. É grave, é muito sério, pois ele fala da maneira como seus colegas e ele estavam agindo. Imaginem, numa causa tão nobre de combate à corrupção, fazendo um enfrentamento de algo que destrói a vida nacional, que destrói a dignidade humana, como acabei de falar, se o Ministério Público resolve agir fora da lei, à margem da lei, ou membros do Ministério Público. Então, com o caso do Marcelo Miller e com o caso do Dr. Ângelo Villela, fica evidente que nós temos duas peças-chave do Ministério Público sob suspeição. Eles precisam vir. Agora, eu lamento que essa CPI, que poderia... Ela vem já com uma cara de chapa-branca, ela já vem sob suspeita, porque poderia haver ali, com todo respeito, um relator com conhecimento técnico-jurídico, que pudesse, com respeito, ajudar-nos a aclarar questões fundamentais sobre a ação do Ministério Público, sobre a ação de quem quer que seja, porque esse é o nosso papel também, do Parlamento.

Mas, independente disso, tomara que todos que compõem essa comissão possam nos ajudar a esclarecer, porque está evidente que essa entrevista dada pelo Dr. Ângelo Villela vai trazê-lo. Ele certamente vai querer vir. Ele se diz vítima, ele ficou preso 76 dias, mas é isso que dá uma instituição como o Ministério Público ficar refém da palavra de criminosos, esse é o problema. Nós não podemos...

Os criminosos falando são indícios, o Ministério Público tem instrumentos, pode apurar, pode ir fundo, identificar as provas e, com base nisso, fazer as denúncias e até os levar, depois de julgados, à prisão. Nós estamos prendendo primeiro, com base na palavra de criminosos, para ver se houve crime depois. É muito perigoso esse caminho.

Ouço o Senador Capiberibe e já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Jorge Viana. A corrupção no nosso País não é um desvio de conduta pessoal – eu acho que disso não há mais dúvida, ninguém duvida disso –, ela é sistêmica. Ora, se ela é sistêmica, é preciso uma ação política e uma ampla mobilização da sociedade para nos prevenirmos e controlarmos a



corrupção. Eu acho que as investigações são importantíssimas, mas aí o leite já está derramado. Recuperar aquilo que já foi perdido é difícil. Então, nós temos que ter, nós temos que... Na verdade, eu estou propondo exatamente isto: um sistema que previne e que busca controlar a corrupção através do acompanhamento e do uso da tecnologia digital. Nós não podemos perder de vista que a tecnologia digital nos permite hoje fazer o acompanhamento dos gastos públicos, até porque nós temos uma lei que obriga os entes públicos – a Lei da Transparência – a expor as suas receitas e despesas, em tempo real, na rede mundial de computadores. Então, para complementar, para poder promover o controle social... Quando você tem uma crise da representação política, como nós estamos vivendo... Você vê que a pauta desta semana é uma pauta diversionista, ela não busca resolver o problema, ela busca fantasiar, buscar, incentivar esse clima ruim que já está na sociedade, colocando na pauta a redução da maioridade penal. São pautas que não vão resolver...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fragilizar o meio ambiente, os direitos dos povos indígenas.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... que vão complicar ainda mais. Coloca um jovem desse em uma escola do crime, como são as nossas penitenciárias, aí então nós vamos formar... Eu falo isso, porque eu fui preso político, Senador Jorge Viana. Eu fui preso político numa prisão comum. Na cela em que eu estava, isso lá nos anos 70...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá em São José, em Belém do Pará.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presídio de São José, nos anos 70. A cela em que eu estava era para alojar no máximo 20 detentos; nós éramos 95. Era uma rede em cima da outra; eram três andares de rede, num clima de 42º.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Misturados criminosos perigosos e presos políticos.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Então, isso vem de longas datas. A política de segurança pública é uma política falida. Mas, voltando à corrupção: o que eu penso? O que eu estou propondo? Eu dei entrada, na quinta-feira passada, num projeto de lei, aqui no Senado, para criar um sistema de gestão compartilhada, em que a sociedade esteja organizada em aplicativos – desses que você encontra na internet ou nas telefônicas. Esses grupos se organizariam, e o Estado os recepcionaria: seria obrigado a inscrever, cadastrar esses grupos e a trocar informação do acompanhamento de projetos específicos – na construção de obras, aquisição de equipamentos, compra de materiais. Então, esses grupos se organizariam para acompanhar esses projetos e trocar informações passo a passo até a execução final. E também para os serviços públicos: fazer o acompanhamento de um centro de saúde, por que não? Por que o cidadão não pode se organizar em torno de um centro de saúde e ajudar, inclusive, nas escolas também? A sociedade poderia se associar à direção da escola, acompanhar o gerenciamento, gerir de forma coletiva a escola, melhorar a qualidade da educação através da participação de todos. Então, esse projeto começa a tramitar aqui, no Senado. Eu o estou chamando de gestão compartilhada, na falta de outro nome, e ele começa a tramitar aqui e propõe exatamente a formação de grupos virtuais para acompanhar as despesas públicas, os gastos públicos. Eu tenho certeza de que com isso nós vamos ajudar na prevenção. Esse projeto foi feito em cima de experiências concretas que eu desenvolvi no Amapá, com base nas nossas emendas parlamentares. Nós hoje somos gerentes de projetos: cada Parlamentar tem R\$15 milhões por ano para destinar a projetos nos seus Estados. E eu fiz isto: destinei para as prefeituras, para o Governo do Estado, e fiz um acordo para a gente



poder gerenciar juntos, organizando os beneficiários para poder fazer um acompanhamento detalhado da execução da obra ou do serviço. Era isso. Obrigado pelo aparte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu o cumprimento e lhe agradeço. Incorporo o aparte com muita satisfação.

Queria concluir só dizendo que eu espero, sinceramente, que a Dr^a Raquel Dodge tenha sucesso. Nós todos temos a expectativa de que o Brasil precisa levar adiante o combate à corrupção, precisa ficar um país melhor; mas nós não vamos alcançar isso se nós não tivermos um compromisso – como a Dr^a Raquel fez questão de ressaltar hoje – com a Constituição, com o respeito às leis como sentença. Nós não podemos seguir este caminho: a Operação Mãos Limpas, da Itália, virou um caos no final: havia 5.600 delatores; todo mundo virou delator.

Eu tenho muito respeito pelo Ministério Público, pelos seus membros. Mas vejam o que acontece: um dos mais importantes membros do Ministério Público, o Sr. Marcello Miller, agora não pode mais advogar – a OAB cassou ou suspendeu a licença para que ele advogue. Então, alguém vai ter que esclarecer se ele é inocente, se ele é culpado; isso tem que ser feito. A mesma coisa com o Dr. Ângelo Villela: ficou 76 dias preso. Ele foi peça-chave nessas últimas delações; nós temos que ouvi-lo.

Mas fazemos isso não para esgarçar mais, não para piorar mais a situação; mas para buscar uma saída. E só há uma saída: o devido processo legal.

E é por isso que eu, sinceramente, cumprimentando todos que compõem o Judiciário, o Ministério Público deste País, renovo aqui minha confiança na nova Chefe do Ministério Público Federal, Dr^a Raquel Dodge – de quem eu já falei; conheço, sei dos seus compromissos –, mas também entendendo que nós precisamos de o Supremo sendo mais firme, para que não haja, para que não possa haver nenhum tipo de dúvida sobre o cumprimento daquilo que a Constituição estabelece para todos nós.

Nós aqui mesmo, nós precisamos ter coragem de assumir nossos erros, assumir as omissões. Não é possível. Vamos agora... Está acabando o prazo, dia 6 de outubro, para eventuais reformas políticas eleitorais, e um sistema falido, um sistema que faliu, que desmoralizou o Congresso, que foi fundamental para que o Brasil mergulhasse nesse mar de corrupção: nenhuma mudança importante; omissão. Violência, por outro lado: nenhuma mudança importante no Código Penal, que é de 1940.

Então, o Congresso precisa ter uma agenda que leve em conta os interesses do País, que possa ajudar e que possa começar a mudar a imagem do Congresso, mas tomando atitude aqui – reduzindo custos de campanhas, dando mais transparência e mudando um processo político –, porque o modelo político-partidário que nós temos faliu, fracassou, a validade venceu.

Mas veja como é que são as coisas: parece que a ficha aqui não cai. Por isso é que eu tenho muita confiança de que se comece um processo retomando a serenidade, a firmeza e a determinação de combate à corrupção pelo Judiciário e Ministério Público. E que aqui nós façamos também a nossa parte, mudando as leis, resgatando o respeito da sociedade com o Congresso, com sua agenda, com sua pauta, para que possamos oferecer para a sociedade alguma saída para esta crise, que parece que não tem fim no nosso País e que afeta duramente o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.2 do Sumário)



Matéria referida:

– Raquel Dodge precisa continuar com o combate à corrupção.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Dando prosseguimento ao nosso horário de debates, vamos dar a palavra ao Líder João Capiberibe. V. Ex^a dispõe do tempo necessário para a sua Liderança.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras, os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado.

No sábado passado, eu e a Deputada Janete reunimo-nos com lideranças indígenas do nosso Estado e do norte do Pará, das terras indígenas do Parque do Tumucumaque e da Terra Indígena Paru d'Este.

As lideranças, eu confesso que elas me surpreenderam, porque, no geral, eu trabalho com as comunidades indígenas dessa região já há trinta anos. Há trinta anos que nós temos procurado assistir, apoiar as comunidades indígenas e defender a causa indígena, porque nós consideramos que essas populações tradicionais, originárias passaram por um processo de genocídio terrível, penoso, e é necessário o nosso apoio, o nosso compromisso com elas para que elas possam se recuperar. Eu observei algo diferente nessa grande reunião que nós fizemos com essas lideranças. Estavam presentes lá lideranças dos povos indígenas waiãpys, que são do Parque do Tumucumaque, também os wayanas, caxuianas, apalais e tiriyós, que é do Parque Indígena Paru d'Este. E, pela primeira vez, eu vi os indígenas com palavras mais duras, com tratamento mais duro. Porque uma das características dos povos indígenas é o tratamento cordial, é a gentileza. Eles são muito gentis no trato. É muito difícil você ouvir de um indígena uma agressão verbal. Mas, dessa vez, eu senti uma indignação muito grande em relação ao Presidente Temer, especialmente ao Presidente Temer, pela razão que eu vou passar a expor, a partir de um documento que nos foi entregue.

O documento chama-se "Carta de Repúdio contra o Decreto 9.147, que Extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados":

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Amapá e Norte do Pará [...], instância máxima do movimento indígena de nossa região, que congrega as organizações e povos indígenas do Amapá e norte do Pará, tem como um dos objetivos principais reivindicar do Estado e da sociedade brasileira o respeito total aos direitos fundamentais dos povos indígenas reconhecidos pela Constituição Federal de 1988.

Vimos de público manifestar o nosso veemente repúdio contra a decisão direta e arbitrária do Presidente golpista Michel Temer [uma palavra dura porque parte das lideranças indígenas, e não é comum que isso ocorra] na publicação do Decreto 9.142, que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), no intuito de acabar com as Terras Indígenas do Rio Paru d'Este e Waiãpy, do Estado do Amapá e norte do Pará.

Nós lideranças indígenas da Amazônia brasileira fomos tomados por [...] uma surpresa com o decreto assinado nesta quarta-feira, 23 de agosto de 2017, extinguindo a Reserva Nacional do Cobre e Associados.



Queremos deixar claro que uma medida como essa, sem nos consultar, é inadmissível! Nós povos indígenas da Amazônia não queremos um modelo de desenvolvimento que não contemple os nossos modos tradicionais, já que, inclusive, temos esse direito garantido na Constituição Federal, e com base nisso estamos construindo e implantando nossos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, que seguem as diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI), que é uma política do Estado brasileiro vigente hoje para os povos Indígenas.

Pois esse decreto fere nossos planos e fere essa política que o Governo deveria seguir, ao invés de descumprir e desconsiderar sistematicamente, como vem fazendo dia a dia do seu Governo fatídico, para que garantíssemos a preservação do meio ambiente e para a imensa maioria da população deste País. Não somente os povos indígenas moradores das terras indígenas Waiãpy e Rio Paru d'Este, atingidos pela extinção da Renca, mas outras comunidades de extrativistas, ribeirinhos e quilombolas, com certeza, não pretendem que a exploração mineral e a degradação ambiental aconteçam em seus territórios, e não vão permitir que isso aconteça.

Portanto, denunciemos aqui o fato de não sermos consultados, bem como repudiamos essa medida e exigimos que esse decreto seja revogado imediatamente!

Macapá, 16 de setembro de 2017.

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Amapá e Norte do Pará, Apoianp.

A verdade é que a indignação se dá em função da falta de ouvi-los, de consultá-los.

Ocorre, Sr. Presidente, só para esclarecer, que essa grande área de reserva de 4,6 milhões de hectares foi criada em 1984, e sobre ela já existem hoje sete unidades de conservação e duas terras indígenas. Ou seja, a Renca não existe mais. O que sobrou da Renca, Senador Paulo Rocha, foi em torno de 10% no máximo de área que pode ser pesquisada. Toda a área que sobrou está cercada por unidade de conservação, de preservação e terra indígena.

Portanto, quem tomou a iniciativa de extinguir o decreto o fez sem saber da realidade ou sem estudar o que é esse mosaico de preservação, que é impensável, porque o Parque do Tumucumaque tem 3,8 milhões de hectares, e ele é vizinho do Parque Nacional da Guiana, que tem mais de 4,2 milhões de hectares. E essas áreas têm acordos internacionais, essas reservas, essas unidades são frutos de acordos internacionais que devem ser mantidos.

Eu acho que a ignorância é que levou o Governo a tomar uma atitude como essa.

Mas eu gostaria de ouvir o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A ignorância e o entreguismo.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente isso, meu caro colega, Senador João Capiberibe, colega do Amapá. Houve uma completa desinformação. Na verdade, o principal problema do decreto é a ausência de diálogo com as comunidades que ali vivem. Os que defendem o decreto dizem que aqueles que estão falando contra não conhecem a realidade. É o inverso: aqueles que mobilizaram pelo decreto é que não conhecem o que pensam os waiãpis, que o senhor conhece muito bem, o que pensam os povos indígenas da Terra do Paru d'Este, o que pensam os extrativistas da Reserva dos Movimentos Sustentáveis do Iratapuru. Ocorre que o que estamos aqui reivindicando e reclamando não é simplesmente a anulação do decreto que extingue a Renca, não é a Reserva Nacional do Cobre per



si. A questão é que o fim da Reserva Nacional do Cobre expõe o coração da floresta à mineração, expõe nove unidades de conservação. Alguns argumentam que em unidade de conservação não pode haver mineração. Não pode haver mineração em unidade de conservação de uso integral, e só três são de uso integral. Os interesses econômicos estão claros: querem fazer mineração principalmente na área da Terra Indígena do Paru d'Este e principalmente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru. Só que a mineração nessas áreas, o Senador Capiberibe conhece melhor que eu, é incompatível com o modelo de desenvolvimento, principalmente dos castanheiros lá. A Reserva do Desenvolvimento Sustentável foi construída, foi criada durante o vosso governo, e minerar ali é incompatível com a floresta e com as comunidades que vivem em função da floresta. É dessa questão que se trata. E é por isso que nós esperamos ansiosamente – eu diria que esperamos como o vigia espera a aurora – que amanhã o Plenário deste Senado atenda ao apelo nosso, e apelo agora até internacional: ontem tivemos o generoso apoio de Alicia Keys, durante o Rock in Rio, que deu voz à Sônia Guajajara, e disse claramente que este Plenário tem que revogar o decreto do Senhor Presidente da República. Cumprimento-o, Senador Capiberibe, pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

V. Ex^a tem inteira razão. Acho que há olho grande, até porque essas áreas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru e a Terra Indígena Waiãpi já são muito conhecidas como um potencial de ouro na região.

Os garimpeiros, quando eles entram em uma área, só entram quando têm certeza da existência do mineral. Isso é verdade. Mas as duas verdades, tanto a Terra Indígena Waiãpi quanto a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Amapá... Uma está fazendo 21 anos de homologação, que é a Terra Indígena Waiãpi.

Eu estive lá na Aldeia Aramirã na comemoração da homologação em 1996. Eu era governador do meu Estado – era o nosso governo, Senador Randolfe. V. Ex^a era Secretário de Juventude do nosso governo e fez um belíssimo trabalho – e nós estivemos lá, festejando junto, tomando caxiri com aquela comunidade feliz porque suas terras estavam demarcadas e homologadas. Também a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru fez 20 anos. Nós a criamos em 1997, criamos essa reserva de 805 mil hectares, exatamente na fronteira da Terra Indígena Waiãpi para garantir ainda mais a proteção dos povos indígenas. Hoje, nós vemos com tristeza a ameaça que pesa sobre os povos indígenas da nossa região, sobre esse mosaico de áreas de preservação.

Eu queria abordar outra questão que me parece importante para o nosso Estado e para a nossa sociedade, para o Amapá. Essa nos diz respeito...

Consulto se o Senador Medeiros solicitou um aparte?

(Intervenção fora do microfone.)

Então, com a palavra.

O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. Eu tenho acompanhado esse debate e tenho uma preocupação justamente com uma palavra que foi falada aqui: desinformação. Nós estávamos há pouco tempo discutindo a respeito da reserva do Jamaxim – o Senador Paulo Rocha sabe muito bem daquele caso ali – e V. Ex^a, Senador Capiberibe, até mais do que eu, porque mora na região, sabe que, em determinado momento, o Governo brasileiro mandou, para o Mato Grosso, mandou para o Pará e para o Amazonas,



milhares de brasileiros; brasileiros que foram para lá e que se fixaram. Eu não sei lá, não sei nesse caso, mas eu posso falar por Mato Grosso. De repente, vem o Governo, em uma nova sanha, porque fez acordo da Eco 92 ou com não sei o quê, descumprindo tudo que tinha feito, chega em famílias que estão lá há 40, 50, 60 anos e diz: "Bom, aqui é um parque. Aqui é um parque". E essas pessoas se veem, de uma hora para outra, sem eira nem beira, sem rumo, sem ter a quem recorrer e, mais do que isso, tachadas pela mídia e por todos os defensores de que são agressores do meio ambiente, de que são pessoas nocivas à Amazônia, nocivas à sociedade. Eu não sei se é esse o caso lá, mas eu digo que, em Mato Grosso, houve casos desse jeito de uma comunidade de 8 mil pessoas que foram retiradas há cerca de três anos. O Estado gastou 40 milhões só com o aparato policial para retirar essas famílias. Jogou todos lá na beira da rodovia, pessoas que estavam lá há 30, 40, 50 anos. E por quê? O governo militar tinha mandado os índios para outra área...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. José Medeiros (PODE - MT) – Exatamente, no caso da colonização. E aí, de repente, chega agora e diz: "Não é mais isso". Alguém diz: "Não, mas havia gente pelos garimpeiros, havia atravessadores". Mas o engraçado é que as instituições vão deixando, as coisas acontecem e depois essas pessoas ficam ao léu. Cito, por exemplo, a BR-158, Senador Capiberibe. Eu vejo lá, nós temos algumas comunidades indígenas. Eu visito as comunidades indígenas e vejo que elas estão passando fome, passando necessidade. Crianças morrendo de desnutrição. Esses dias, conversando com um cacique, ele falou: "Olhe, Senador, eu estou numa terra que tem diamante, mas eu não posso tirar; tem madeira, mas eu não posso explorar; tem áreas para eu plantar, mas eu não posso plantar. E minhas crianças aqui morrendo de fome." Falou também: "Os que vão para fora fazer a universidade ficam daquele jeito [havia um rapaz sentado num toco], estão lá tudo assim, depois se suicidam, porque não têm perspectiva de nada." E nós continuamos aqui essa ode de proteção. Está bom, mas e a proteção à vida dessas pessoas é que me encabula. Nós não temos um projeto para os indígenas. A maioria deles já tem *smartphones*, TVs, já estão no nosso meio, mas nem cachaça podem tomar. Esses dias, eu estava conversando com um índio e ele disse: "Senador, eu vou à cidade e não posso tomar uma cerveja, como os outros brasileiros." Ele falou: "A gente tem que começar a discutir essas coisas porque eu não posso nada. Eu me sinto um guarda florestal sem salário. É muito bonito. Nem o cocar eu posso vender mais, porque eu vendia aqui para os turistas, e agora está proibido. Nem um cocar de pena pode mais." E, aí, eu noto que virou vaca sagrada. Nós não podemos discutir nada sobre desenvolvimento quando se trata da Amazônia. Nós vamos ficar assim. E eu faço essa pergunta não é de forma capciosa, eu gostaria de ouvi-lo, de ouvir o Senador Paulo Rocha, de ouvir V. Ex^a e quem tem a dizer: nós vamos ficar a vida inteira sem ter um plano de desenvolvimento? Porque, em qualquer plano de desenvolvimento que se fale, nota-se que a comunidade... V. Ex^a falou dos acordos internacionais, e eu gostaria até de saber que acordos internacionais são esses. Por que eu digo isso? Porque, em todos esses países, a França, que tanto nos condena, enquanto nós temos 67% da nossa parte ambiental preservada, não tem um pé de pau em pé. Dos Estados Unidos e de tantos outros nem se fala. Aí, eu pergunto: será que nós vamos ficar o tempo inteiro sem dar uma perspectiva de vida para essas pessoas, tanto as que foram mandadas para lá quanto os próprios indígenas? Eu não sei na Amazônia se os indígenas estão bem, porque, em Mato Grosso, não estão. Muito obrigado.



O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vou tentar responder todos os seus questionamentos. Inicialmente, são duas situações completamente diferentes. Lá, na terra indígena do Parque do Tumucumaque e na Terra Indígena Waiãpy, essas áreas estão preservadas, ou seja, essa população vive segundo sua cultura e seu modo de vida, até porque a cultura deles é muito diferente da nossa, completamente diferente. Eles vivem numa relação muito íntima com a natureza. Eles precisam de uma grande área, porque eles não convertem floresta biodiversa em monocultura, eles não fazem isso. No máximo, o que eles plantam é a mandioca, o milho, numa mesma área. E ali são pequenas áreas, eles tiram a alimentação deles da caça, dos frutos da floresta, é um modo de vida completamente diferente. Nós precisamos preservar esse modo de vida na Amazônia. Esses povos vivem muito bem.

Para V. Ex^a ter uma ideia, Senador Medeiros, em 1973, quando a Perimetral Norte, a estrada planejada pelo governo na ditadura, entrou na Terra Indígena Waiãpy, eles passaram por um processo de genocídio. Pelo menos 30, 35% deles morrerem em função do sarampo, mas eles hoje... Eles chegaram a ser em torno de 150 indivíduos, 151; e hoje são 1,2 mil. Eles estão se recuperando, porque eles tiveram a garantia, em 1996, de que aquela área seria deles.

Então, lá eles desenvolvem um modo de vida que não é o nosso. Nem eles querem o nosso modo de vida. Vou lhe contar uma história: eu era Governador do meu Estado, e a Secretária de Educação mandou merenda escolar para os waiãpys. E mandou açúcar, mandou sal, e os indígenas disseram que não comem nem açúcar, nem sal. Eles não têm problema dentário. Então, eles devolveram. Eles devolveram esses alimentos, porque não faz parte dos hábitos e costumes se alimentar de sal ou de açúcar. Então essa é uma coisa...

Nós não queremos que aconteça lá no Amapá e no norte do Pará o que aconteceu em Mato Grosso. Em Mato Grosso, o Estado brasileiro, irresponsável e corrupto – porque o Estado brasileiro é corrupto e é irresponsável –, patrocinou, como V. Ex^a acabou de dizer, a colonização de áreas em terras indígenas. Os indígenas viviam lá, como os waiãpys, como os wayanas, os kaxuyanas vivem no norte do Pará, muito bem. Mas essa invasão de terra, essa invasão promovida pelo Estado terminou expulsando os indígenas, e eles estão hoje num gueto, sem terra em Mato Grosso. Esse é o grande problema.

Depois, há um equívoco entre imaginar que o desenvolvimento só se dá com a conversão de floresta em monocultura. Países, vários países do mundo, como a Suíça – a Suíça não tem nem território, o Japão não tem nem território –, são os países mais ricos do mundo.

Nós temos, sim, a possibilidade de construir um novo modelo de desenvolvimento. E nós ensaiamos. Quando eu fui Governador, nós definimos um modelo de desenvolvimento sustentável, em harmonia com a natureza, redistribuindo melhor a riqueza e promovendo a economia.

Uma outra questão também que eu quero deixar clara: nós não somos contra a mineração, de maneira nenhuma. A mineração pode, sim, acontecer. No caso do meu Estado, hoje, por exemplo, há várias mineradoras paradas; ora, se o Governo quer fomentar, por que não reativa as minas que estão fechadas? A mineração do ouro, por exemplo. Lá no Amapá continua, são 4 t por ano. Mas não fica nada para a comunidade local. Você tem que adensar a cadeia produtiva, criar a indústria joalheira acoplada. Isso é que gera desenvolvimento.

É evidente que a mineração causa impacto. Ela causa impacto, mas esse impacto pode ser suportado se adensar-se a cadeia produtiva, gerando alternativas econômicas, de negócios, de atividades. Mas não é o que acontece. É drenagem pura de matéria-prima. E isso atrapalha o nosso desenvolvimento, isso nos mantém como país subdesenvolvido.



Para você ter uma ideia, o maior exportador de soja do planeta é a Holanda, é o Porto de Amsterdã, que não planta um pé de soja. Há alguma coisa malfeita neste mundo, não é? Porque também não podemos, em nome das divisas... Se você exportar uma saca de soja para o Japão, o Japão não nos cobra imposto, mas, se você importar uma lata de óleo de soja, o imposto é 119% sobre importação. Ou seja, eles querem, porque lá a soja gera emprego; aqui, só gera a atividade primária. Então, essas são questões que precisamos compreender para darmos um salto no desenvolvimento.

Mas eu queria, para encerrar a minha participação, Senador Paulo Rocha, relatar aqui. No sábado passado, a nossa Bancada construiu uma unidade muito forte em torno de alguns projetos. Você imagina uma Bancada federal, três Senadores de partidos diferentes, oito Deputados de partidos diferentes, sentar e construir uma unidade, uma coesão política em torno de projeto. Isso é realmente muito gratificante, eu fiquei muito satisfeito, estou muito satisfeito. Nós temos enormes divergências – somos de partidos diferentes –, e nós nos reunimos em um sábado lá na Universidade Federal do Amapá.

Nós colocamos uma emenda parlamentar para construir o Hospital Universitário da Unifap. E fomos lá. É um hospital de 300 leitos. Este ano, nós colocamos uma emenda de R\$100 milhões. Desses R\$100 milhões, foram liberados R\$42 milhões. E nós fomos visitar a obra. A Reitora Eliane Superti e sua equipe estavam lá para nos relatar, detalhadamente, todo o processo de construção da obra. A obra está muito avançada. Eu me surpreendi com dois guindastes numa obra, ou seja, há realmente uma vontade muito grande de acelerar o processo de construção.

Essa interação, essa coesão, porque o que falta... A sociedade não se desenvolve se não houver o mínimo de coesão política. Sem isso, nós não vamos superar os dramas brasileiros. E essa demonstração de sábado, para mim, foi eloquente do quanto é necessária a coesão política.

E nós criamos, aproveitando a tecnologia digital – eu tenho repetido com muita insistência que é necessário que abramos os olhos para as possibilidades da tecnologia digital –, um grupo de WhatsApp com os 11 Parlamentares da Bancada, com representantes da universidade, com os responsáveis pela obra, com membros da sociedade local, com o povo, para acompanhar, passo a passo, a execução dessa obra.

Olhe, foi a partir dessas experiências que eu apresentei um projeto de lei aqui, no Senado, que começou a tramitar na quinta-feira, para instituir isso como política pública nacional, para que permita ao povo brasileiro ter o mínimo de controle do Estado, das ações do Estado. Em todas as ações do Estado, é possível hoje, em função da transparência, em função da tecnologia digital, a sociedade fazer um acompanhamento mais de perto.

Então, eu queria manifestar aqui minha enorme satisfação com os resultados que obtivemos lá com essa coesão da Bancada federal do Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... reunindo Deputados, Deputadas e os três Senadores aqui desta Casa. Foi um momento muito importante. Nós vamos continuar juntos. Há o compromisso de chegarmos até a conclusão dessa obra e também o funcionamento dessa obra. Trezentos leitos para nós é realmente uma situação inusitada, nova, que precisamos concluir.

Era isso, Sr. Presidente. Muitíssimo obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem, Senador. Senador Capiberibe, eu também tenho essa experiência, porque, nos



últimos 20 anos, sou Parlamentar aqui e sempre fui coordenador de Bancada, quando surgiu a ideia de emendas de Bancada e de a Bancada intervir no Orçamento da União. E o meu intuito foi sempre este: unir a bancada, independentemente das posições políticas, partidárias, para poder atender os interesses do Estado. E a gente tem logrado muito positivamente avanços importantes na relação com o Governo do Estado, com os prefeitos, etc. Parabéns à Bancada do Amapá.

Senador José Medeiros, V. Ex^a dispõe do tempo regimental, como orador inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham, que o nosso País é considerado um dos mais violentos do mundo todos sabem, no entanto a escalada de violência e a escalada no número de policiais assassinados nos últimos tempos é de deixar uma sociedade já muito castigada ainda mais perplexa e desanimada.

E hoje, ao assistir ao jornal, eu fiquei perplexo de ver os policiais do Rio de Janeiro dizendo que se depararam com um comboio de bandidos armados, que assaltaram um veículo na frente da viatura da polícia, e eles disseram que não tinham como reagir, porque o poderio de armas, o poderio de fogo dos bandidos era tão grande que eles não tiveram como. E os bandidos ainda tiveram a cara de pau de falar para o policial: "Fique na sua aí, que a nossa briga não é com vocês." Então, assim, é realmente o poste fazendo xixi no cachorro, Senador Paulo Rocha. E, nesse meio, a tudo o cidadão assiste e fica perplexo.

Veja o Brasil em 2017. Como se não bastassem as crises política e econômica que se abatem sobre nossas vidas, a segurança pública simplesmente parece ter saído de qualquer controle. Crimes pavorosos, assassinatos, roubos, latrocínios, estupros se avolumam como nunca antes, explodindo uma sensação nada ilusória de uma guerra civil instalada em nosso território. Mas o caso é que, geralmente em guerras civis, onde há uma guerra civil, os dois lados estão armados. Talvez um com o poderio maior, outro com o poderio menor, mas o caso aqui é que a população brasileira está totalmente desarmada, e agora vemos que a última barreira está sendo derrubada, que é a barreira da polícia.

Por ironia fatídica do destino, tudo leva a crer que as proféticas palavras do notável Rui Barbosa compõem hoje a realidade mais crua do País. Para ele, justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada.

Eu não sou processualista, mas eu temo dizer que nós chegamos a esse ponto devido ao excesso de garantias, ao excesso de garantismo. São tantas filigranas, são tantas nuances que geralmente a justiça se dilui com o tempo. Os crimes viram poeira, e a sensação de impunidade, por muito tempo, grassou neste País.

E hoje os bandidos se dão a liberdade de falar para a polícia: "Fica na de vocês aí que nossa briga aqui é entre nós".

Senão, vejamos. Até há bem pouco tempo, o sonho de boa parte das crianças brasileiras era cursar a academia de polícia. Ser policial projetava-se como um sacerdócio da segurança pública, em função do qual se aprendia que o dever de ofício se destinava a salvar a população das garras covardes dos criminosos, 24 horas por dia!

Com essa mentalidade, o policiamento das ruas implicava dotar o profissional militar de condições técnicas e emocionais eficientes para intervir, a qualquer tempo, em favor da sociedade e contra os bandidos. Sob o amparo do Estado e da sociedade, a corporação militar brasileira estava convicta de que estava lutando pela causa certa.



Ledo engano. Nos últimos tempos, inúmeras ações militares, ainda que dispendo de todo o delineamento da mais estrita legalidade, têm sido interpretadas por parte da opinião pública como excesso inexplicável de brutalidade, violência e covardia.

Mas, Senador Paulo Rocha, como criar um manual de um policial agir quando está sob fogo cerrado de fuzis, de metralhadoras, como ele pode simplesmente dar uma de paladino dos direitos humanos e oferecer flores? Como ele vai fazer, ser o anteparo da sociedade, se estamos exigindo que ele faça a não violência contra a violência?

Conteúdos de dezenas de centenas de matérias jornalísticas sobre as intervenções policiais nas cidades preferem julgar os agentes de segurança como desprezíveis "agentes de milícia". Em vez de apoiar a polícia no enfrentamento da criminalidade violenta, a mídia prefere destacar a tal "presunção de culpabilidade", rejeitando, na prática, a fé pública de seus atos e a presunção de inocência ao servidor policial.

Sr. Presidente, a alta e crescente mortalidade de policiais no Brasil assusta todos. Não por acaso, na triste cerimônia da centésima morte de um policial fluminense, em 2017, ocorrida no final de agosto, o Comando Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro declarava que o desalento pelas perdas se devia à omissão da sociedade e do Estado.

Para os dirigentes da PM, a cultura brasileira parece apostar na negação dessa verdadeira tragédia, ao se negar a discutir com profundidade um tema de tamanha relevância nacional. Para ficar num único e bom exemplo, em 2017, o Estado do Rio de Janeiro contabilizou, estarrecedoramente, um policial morto a cada dois dias.

Na visão correta do Comando, um criminoso que porta nas ruas um fuzil de guerra e sai atacando às cegas qualquer policial deve ser tratado como terrorista. Nessa condição, a PM não pode ser responsabilizada pelo apelo fácil do tráfico à população, pela crise econômica e pela falta de investimento em projetos sociais. Ao contrário, compete, sim, à Polícia Militar enfrentar os efeitos de todos esses indutores de violência, afinal de contas, ela consiste na última barreira entre a ordem e o caos. Nesse sentido, a criminalização de policiais em razão do estrito cumprimento do dever legal só pode ser interpretada como uma inaceitável distorção judicial, prejudicando e desqualificando o trabalho do profissional da segurança pública.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu tenho defendido que, para que uma pessoa seja alçada ao cargo de juiz, precisa ter certa experiência, quer seja na área da advocacia, quer seja como delegado de polícia. Enfim, ele precisa ter vivência, amadurecimento, não pode sair do banco da escola e ir direto julgar casos que acontecem na vida real. Tenho defendido, inclusive, que delegado de polícia possa ser o transcorrer da atividade policial. Que ninguém faça concurso para delegado de polícia, que os agentes possam, no decorrer da carreira, chegar a delegado de polícia.

No entanto, Sr. Presidente, parece que, nos dias atuais, a preocupação maior de alguns juristas não é mais o combate à criminalidade violenta. Em vez disso, acentua-se com insistência a suspeição das mortes de marginais em confronto com a polícia, como se esse fosse o problema principal da segurança pública nacional. Expressão simbólica desse desconforto pode ser caracterizada nas audiências judiciais, nas quais os policiais são sistematicamente desarmados, ao passo que, aos tais infratores sociais, franqueiam-se algemas destravadas. Ora, na era da inversão de valores não espanta que policiais sejam marginalizados pelo próprio Estado, de quem deveriam angariar amparo. Chegou-se a tal ponto paradoxal, Sr. Presidente, que, no ano passado, um jurista declarava a uma plateia de operadoras da segurança pública que o policial só poderia atirar em um marginal depois que fosse alvejado.



Veja bem, Senador Paulo Rocha, eu sei que V. Ex^a nunca foi policial, mas, com a experiência que tem, veja se tem cabimento, como legislador, que um policial só possa reagir depois de levar um tiro. Isso foi um membro do Ministério Público que disse.

Por esse entendimento absurdo, o policial atingia o seu grau máximo de desumanização consolidando a extinção do instituto da legítima defesa policial.

Pior do que isso, há duas semanas, outro caso chocou o ambiente policial. O Ministério Público Federal denunciou um agente da Polícia Rodoviária Federal por homicídio doloso encaminhado à Justiça Federal, aqui em Brasília. A ação penal trata do homicídio de assaltantes de automóveis, ocorrido em dezembro de 2009. Nessa denúncia, o Ministério Público Federal pede que o agente responda pelo crime em julgamento no Tribunal do Júri. Para ter-se ligeira ideia do acinte jurídico, em caso de condenação, a pena varia de 6 a 20 anos. Trata-se, sem dúvida, de um assombroso descabimento, haja vista a crescente modernização do arsenal dos bandidos brasileiros, sempre destinada a trucidar qualquer policial nas ruas, seja em ação, seja em período de folga. Hoje mesmo vi um vídeo, de ontem, da invasão da Favela da Rocinha. Os bandidos com fuzis moderníssimos, de mira telescópica, armamento usado só por *snipers*, só por atiradores especializados das Forças Armadas e da própria polícia.

Sr. Presidente, para cada policial que é instalado injustamente nos bancos dos réus, mil outros passam a se omitir diante da mais absoluta falta de respaldo da associação. Em outras palavras, como bem notou um especialista, "a sociedade brasileira, sem seus defensores armados, passa a ser sacrificada como uma multidão de ovelhas sucumbindo à agressividade das alcateias de lobos da criminalidade".

O policial, quando vê todo esse cabedal de intelectuais de orelha de livro, de pseudointelectuais que gostam de discutir segurança pública tomando Pêra-Manca na Zona Sul do Rio, ele vai simplesmente dizer: "Bom, se essa sociedade que eu estou tentando defender quer me condenar, então, eu não vou agir. Vou fazer o básico, aqui, o manual, vou fazer o que eles querem". E se fizer o que eles quiserem, realmente a sociedade vai ficar sem proteção.

Por outro lado, à luz dos fatos trágicos correntes e, diante da falta de recursos em um cenário de forte arrocho fiscal, faz-se indispensável forte vontade política para a organização, uma reação nacional à criminalidade crescente.

E é por isso que o convido, Senador Paulo Rocha, já marquei inclusive uma audiência no Ministério do Planejamento – e faço esse convite aos demais Senadores –, para que a gente possa ir ao Ministério do Planejamento reverter os cortes que tem feito na segurança pública. E cito aqui, por exemplo, o caso da Polícia Rodoviária Federal, que já conseguia fazer muito mal o seu trabalho com 360 milhões – cortaram para duzentos e pouco. E é justamente esse tipo de crime que a Polícia Rodoviária Federal combate que traz retorno substancial ao combate à criminalidade, porque é um combate ao crime no atacado, nas rodovias, nas fronteiras. Porque combater o crime, combater o tráfico dentro da favela, já nas pequenas porções, é muito difícil. É muito melhor pegar isso no atacado.

Por exemplo, Sr. Presidente, uma das principais críticas de especialistas ouvidos é a de concentração de esforço em conceder espaço exagerado aos denominados defensores – na verdade, as pessoas falam em defensores dos direitos humanos; mas eu sou defensor dos direitos humanos, faço parte da Comissão dos Direitos Humanos. Agora, o que nós temos é muita gente defendendo direito de bandido, direito e regalias a bandidos. Inclusive, foi pego um rapaz que se dizia dos direitos humanos em São Paulo que fazia parte do PCC. Então, são pessoas que sofrem de



patologia, parece sempre pairar no ar uma dúvida de extrema e inapropriada generosidade pronta para proteger ladrão, bandidos e assassinos cruéis no Brasil.

Eu queria convidar essas pessoas para que pudessem, na mesma linha do que a gente estava falando a respeito da discussão ambiental da Amazônia, que fossem conhecer, que pudessem ir para dentro de um presídio, pudessem ler casos, pudessem ver a realidade como ela é. Porque eu sinto que tem muitos brasileiros, eu não digo nem de má-fé, mas que desejam uma realidade e começam a construí-la virtualmente, e a realidade é o que é; ela não é o que desejamos que ela seja. Então, a pessoa cria um princípio parece que de negação: aí eu crio uma sociedade virtual, uma sociedade ideal, e vou querer me comportar daquela forma e exigir o comportamento de todos.

Bom, se acontecesse, seria ótimo. Mas a realidade é que nós estamos hoje com os presídios tomados pelas facções criminosas, as ruas das grandes cidades tomadas, e a sociedade encarcerada dentro de casa. E aí vêm as pessoas: "Não, temos que conversar mais. Temos que debater mais". Nós precisamos de agir. Este País está com um problema sério de atitude. E, quando eu digo atitude, não é de sair com violência, não; é tomar atitudes na decisão de fazermos políticas que funcionem. Aqui, a maioria dos projetos, desde os Municípios até a União, depois da primeira entrevista, depois que saem na capa do jornal, ninguém se interessa mais pelos projetos, e aí se tornam uma página virada.

Mas, com tal crítica, entretanto, não se pretende abandonar, em absoluto, políticas públicas voltadas aos investimentos sociais preventivos, tampouco se pretende arquivar projetos que patrocinem investimentos em pesquisas tecnológicos, visando à exploração de equipamentos de inteligência para uso das autoridades policiais. O que se deve fazer, insisto, é buscar parâmetros mais realistas na hora de se equilibrar a repressão à violência e o respeito à vida de criminosos. Antes de tudo, compete à sociedade identificar onde se localiza a ineficiência do Estado, para dar respostas aos infindáveis problemas de segurança pública no Brasil.

Em suma, atolados em um contexto em que os entes federados argumentam não ter verba em caixa, não há como deixar de tocar em pontos polêmicos ligados ao financiamento do setor. Para alguns estudiosos do assunto, o custo da violência no Brasil é de R\$700 milhões por dia. Se o Governo Federal investisse adequadamente o dinheiro, poderíamos até reduzir, sim, o custo para cerca da metade desse valor.

Desse modo, cabe ao Estado fazer o possível e o impossível para ampliar ao máximo o policiamento ostensivo. Tudo, evidentemente, vai depender da disposição política e financeira do Estado em priorizar, ou não, a segurança pública brasileira. O que não se pode admitir é o alastramento perverso de uma narrativa que deposita nos policiais o peso e o desgaste da ineficiência da segurança nacional, pagando injustamente uma conta que não é apenas deles.

Não há mais como escapar! A sociedade precisa fazer a sua parte. Precisa refletir com seriedade sobre as causas da violência e se mobilizar para construir um novo cenário. Nesse teatro de ações, a mídia e as redes sociais exercem igualmente um papel fundamental, como força aglutinadora e difusora de novas e saudáveis iniciativas culturais.

Dentro dos círculos acadêmicos, por exemplo, a segurança pública foge totalmente do que é tratado – vou tirar a palavra "totalmente" –, na maioria das vezes, é uma discussão utópica. E eu gostaria muito de ver as academias se debruçando sobre projetos factíveis de segurança pública.

Por fim, Sr. Presidente, já marchando para o final, cumpre ao Senado Federal, com urgente necessidade, dar sua colaboração. Mais que na hora, temos de propor a instalação de uma



subcomissão permanente de segurança pública, por meio da qual se abriria um canal social e político, amplo e democrático para discutir e debater novos horizontes para a solução do problema. Talvez, graças a tais iniciativas, o Brasil volte a sonhar em ser uma nação mais segura e menos violenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Esta é uma sessão de debates. Está inscrito para falar agora, como Líder da Rede, o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

Quero saudar a presença dos estudantes de Direito da Faculdade Cenecista de Joinville.

Esta aqui é uma sessão de debates. Parece que está esvaziada, mas segunda-feira é sessão de debates. Está sendo presidida pelo Senador do PT do Pará, Paulo Rocha. Aqui está o Senador José Medeiros, do Mato Grosso, e agora vai falar o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá. Sejam bem-vindos!

Tem a palavra V. Ex^a pelos 20 minutos regimentais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Paulo Rocha, meu caro colega, Senador do vizinho Estado do Pará.

Senador Paulo Rocha, Marx, no 18 de Brumário, tem uma frase significativa: diz que a história se repete a primeira vez como tragédia; e a segunda, como farsa. Essa citação de Marx eu vi adequada para uma notícia que ontem, em um primeiro momento, eu não achei crível, não imaginei que tivesse algum fundo de realidade. A notícia dá conta de que um General – e aí vem a parte do "primeiramente, como tragédia; e depois como farsa" – de sobrenome Mourão – aí está a parte da tragédia – fala em intervenção militar se a Justiça não agir contra a corrupção. Disse o Sr. Hamilton Mourão, General da ativa do Exército, em uma palestra onde estava fardado, portanto com todos os ares de estar falando oficialmente pelas Forças Armadas terrestres.

Diz o senhor, que também é Secretário de Economia e Finanças do Exército brasileiro, abro aspas: "Companheiros do alto comando do Exército entendem que uma intervenção militar pode ser adequada se o Judiciário não solucionar o problema político" [fecho aspas], em referência à corrupção dos políticos.

Mourão ainda disse que "poderá chegar um momento em que os militares terão que [abre aspas], 'impor isso', [fecha aspas] e que essa [abre aspas] 'imposição não será fácil'" [fecha aspas].

Mais adiante, ele disse que "seus companheiros do Alto Comando do Exército avaliam que ainda não é o momento para a ação, mas que ela poderá ocorrer a partir de, abre aspas, "aproximações sucessivas", fecha aspas.

Por fim, ele diz: "Até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então teremos que impor isso."

Sr. Presidente, todos que nos ouvem e que nos assistem, eu não me assusto quando qualquer maluco faz qualquer declaração desse tipo. Eu me assusto quando a Constituição não é cumprida. Eu me assusto quando os superiores hierárquicos deles, conforme preceitua o art. 142 da Constituição – e os superiores hierárquicos deles são o seu Comandante da Força Terrestre, o Ministro da Defesa, e o Presidente da República – não repelem essa declaração; ou melhor, quando os superiores hierárquicos não cumprem os princípios que estão na Constituição, que rezam que as



Forças Armadas devem seguir princípios de hierarquia e disciplina. Esse tipo de declaração é uma subversão à ordem constitucional. E não me venha ninguém dizer que tem... Ninguém venha com teoria absurda, sem fundamento e sem base nenhuma, de que a Constituição estabelece alguma possibilidade de intervenção militar das Forças Armadas. A Constituição repele qualquer tipo de ação armada.

A Constituição claramente, no seu art. 142, diz que as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses Poderes constitucionais – do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário –, garantir a lei ou a ordem. Ou seja, das Forças Armadas só cabe a atuação quando requisitadas pelos Poderes constituídos; e os Poderes constituídos, conforme a Constituição, no seu parágrafo único do art. 1º do texto constitucional, são constituídos pela vontade do povo, porque o poder, por princípio, emana do povo.

Não há espaço para nenhum tipo de intervenção que não fira, que não avilte, que não atente contra a ordem constitucional. Esse tipo de declaração se equipara a um crime de responsabilidade por parte de um general da ativa das Forças Armadas Brasileiras.

E eu digo, Sr. Presidente, que, se o Poder Executivo não tomar providências, cabe ao Parlamento tomar. Está ocorrendo, é uma clara subversão, é uma declaração de subversão ao Estado democrático de direito. No mínimo, eu não espero do Sr. Ministro da Defesa, em relação a isso, uma repreensão; eu espero do Sr. Ministro da Defesa, em relação a isso, uma simples declaração contrária. Eu espero, por parte do Ministro da Defesa, o cumprimento do disposto constitucional de hierarquia e disciplina. Um membro das Forças Armadas que faz declaração desse tipo atenta contra a Constituição, atenta contra a ordem democrática, atenta contra o Estado de direito.

Na verdade, esse tipo de comportamento só é possível por nós termos, na Presidência da República, um senhor que, por duas vezes, foi denunciado. A primeira vez foi denunciado por corrupção e, agora, é denunciado por ser chefe de organização criminosa. Só a razão de ter um Presidente da República frágil no posto e sem condições nenhuma de tomar e de ter medidas políticas que imponham respeito necessário às Forças Armadas pode permitir espaço para tipos de declarações de malucos desse jeito.

Mas o pior é quando a Presidência da República não toma também nenhuma medida, à luz da ordem constitucional, de punição a quem assim fala, e não toma porque não tem condição política, moral e constitucional de assim tomar.

Portanto, Sr. Presidente, senhores e senhoras que nos assistem, o que me preocupa da instabilidade do momento é a perda de autoridade do Senhor Presidente da República nessa situação. Se ele está sendo chantageado... Um Presidente da República só pode ser chantageado se se deixa ser chantageado. Um Presidente da República só é intimidado se se deixa ser intimidado. Um Presidente da República só não reage com a autoridade do cargo quando a autoridade do cargo foi perdida. E é isso que está acontecendo neste caso específico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ou, como a gente diz lá no nosso Norte, ele tem culpa no cartório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

Nesse caso específico, Presidente Paulo Rocha, o que ocorre é que, 24 ou 48 horas após a declaração, uma das mais graves declarações de um membro do Exército depois da



redemocratização contra a ordem do Estado de direito, não se tem uma manifestação do Ministério da Defesa, sequer uma manifestação repreendendo. Na verdade, repito, haveria de se esperar, à luz da Constituição, mais do que isso.

Sr. Presidente, esse Parlamento tem enormes vicissitudes, enormes vicissitudes, enormes erros e pecados. Nós temos sido alguns daqueles que temos apontado os erros, os pecados à atuação fora da ordem constitucional do próprio Parlamento de membros do Parlamento; não do Parlamento, mas de membros do Parlamento. Nós temos assim denunciado.

Agora, pior que isso é um Estado sem o funcionamento do Parlamento. É a não existência do Parlamento ou o Parlamento fechado, como já existiu.

Não se enganem aqueles que querem cair no canto da sereia daqueles que alegam a intervenção armada, ou o uso inadequado das Forças Armadas para combater a corrupção. Foi no uso inadequado das Forças Armadas que não existia Ministério Público. Era durante o regime de exceção. Em regime de exceção, existe corrupção, e muita. Só que não existe imprensa livre para denunciar, não existe Ministério Público para fiscalizar, não existe Ministério Público para denunciar, e não existe, em especial, Parlamento para fiscalizar o funcionamento.

Nada pode existir como alternativa à democracia. E toda vez que se ameaça, se chantageia, se intimida a democracia, tem que haver uma reação por parte daqueles que defendem a democracia.

Portanto, é urgente convocar o Sr. Ministro da Defesa neste Parlamento para que ele ou tome as medidas que são necessárias ou esclareça qual a verdadeira condição, se existe de fato, no âmbito das Forças Armadas ou do Exército, algum pensamento, alguma compreensão.

E eu não acredito. Eu quero acreditar que foram palavras isoladas de um maluco, declarações isoladas de um maluco. Porque eu acredito, com muita convicção, que as Forças Armadas em nosso País são regidas pelos princípios que estão na Constituição, dizem respeito às garantias do Estado de direito e que elas se limitam a somente serem acionadas quando algum dos Poderes constituídos achar que elas devem ser chamadas. Ou seja, numa única hipótese, que está prevista na Constituição: de garantia da lei e da ordem, e não na hipótese, inclusive alopurada, com que o Sr. Michel Temer, no caso de manifestações em Brasília, requisitou o seu uso. Só nessa hipótese. Só na hipótese.

Então, eu tenho confiança na atuação, na fidelidade, na lealdade dos comandantes das três Forças à Constituição, ao Estado de direito, à ordem democrática. A compreensão da parte de convicção total que eles devem ter de que não existe poder constituído nesta República que não emane da vontade popular, seja qual for o poder, seja ele concedido à direita, concedido à esquerda, concedido à ultradireita, à ultraesquerda, ao centro, seja a quem for concedido o poder, que ele só seja concedido, emanado da vontade popular.

Então, Senador Lindbergh, eu acho que é urgente este Parlamento convidar o Sr. Ministro da Defesa para trazer aqui as explicações necessárias sobre a declaração desse alopurado. Eu vou tratá-lo como alopurado. Eu já disse aqui, alopurado, maluco, "mourão do tempo errado," porque ele, por ter o sobrenome Mourão, deve estar pensando que está em 1964, e está em 2017. Vou tratá-lo assim.

Eu repito aqui, Senador Lindbergh, o que estava dizendo: o que me assustou não foi a declaração isolada de alguém usando farda; foi termos passado 48 horas da declaração e nenhuma das autoridades da República ter tomado uma atitude, à luz da Constituição, que diz que as Forças Armadas devem ser regidas por princípios de hierarquia e disciplina, ter tomado sequer



uma atitude de repreensão a esse "mourão de novos tempos." Não só de repreensão, mas de punição, porque o que ocorreu nesse caso específico foi um atentado à ordem democrática, ao Estado de direito.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a está coberta de razão. Quero parabenizar V. Ex^a. Eu já entrei hoje com um requerimento na Comissão de Relações Exteriores para convocar o ministro da Defesa. O Governo está silencioso. Até agora não houve uma palavra do Governo nem do Ministro da Defesa. E V. Ex^a falou tudo aí agora. Tão grave quanto a fala do General Mourão, na sexta-feira, é até agora não ter havido uma reprimenda dura, uma punição. Veja bem, não haver um posicionamento duro, dizendo que essa não é a posição das Forças Armadas, não é a posição do Ministério da Defesa, nem das Forças Armadas brasileiras, não ter uma posição firme sobre isso deixa aberta uma questão militar num momento de profunda instabilidade política no País. É um convite para outros se pronunciarem. Ele lá dizia que havia planejamentos sendo feitos. Que planejamentos são esses? Então eu quero fazer coro com...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Compartilhados pelos seus altos comandantes.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E ele falava sempre em nome do Alto Comando das Forças Armadas. Então, é muito grave. O que nós queremos e estamos cobrando aqui da tribuna: primeiro, o ministro da Defesa tem que se pronunciar; segundo, há que haver uma reprimenda, há que haver uma punição, porque o silêncio talvez seja mais grave que o que falou ele na sexta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não tenha dúvida: mais grave que a declaração... A declaração pode ser tida como um ato isolado, mas tudo isso teria sido resolvido se, logo em seguida a essa declaração da parte dele, tivesse havido no mínimo alguma punição. Aliás, nunca é demais lembrar que esse militar já havia sido afastado, no governo Dilma Rousseff, de uma função. Desta feita, ele reitera as suas declarações e há um silêncio, há um silêncio eloquente.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, eu repito: isso só se justifica pelo fato de nós termos – talvez a única justificativa, porque eu acho que nada justifica isso –, a única razoabilidade disso é nós termos, na Presidência da República, alguém que não tem condições morais e políticas, e sustentado pelo Parlamento – e, aí, o Parlamento tem a sua responsabilidade, a Câmara dos Deputados mais precisamente –, de dar condução à Nação, de nem sequer punir alguém que faz declarações atentatórias ao Estado de direito.

E aqui há um outro mandamento, há um princípio elementar, Senador Paulo Rocha, que também aprendemos com os nossos pais e nossos avós: só tem respeito quem se dá ao respeito. Lógico, quando vir um Presidente da República desmoralizado, qualquer militar se sente no direito de tripudiar, de falar e ameaçar a democracia, de falar em quebrar a ordem democrática, em fechar o Parlamento. Lógico, se o seu comandante não tem o comando necessário, a liderança necessária, isso acaba sendo uma decorrência.

Por isso, Senador Paulo Rocha, eu saí hoje pela manhã. Eu acompanhei a posse da nova Procuradora-Geral da República, Dr^a Raquel Dodge, a nova chefe do Ministério Público Federal, e ouvi com muito ânimo o discurso de S. Ex^a, a Dr^a Raquel Dodge. Alguns Parlamentares ligados ao Governo saíram lá também animados, mas me parece que é um ânimo da parte deles no



sentido de turbar, de conturbar o processo, de achar, de imaginar que a Dr^a Raquel, à frente do Ministério Público, iria dar passos atrás na denúncia já feita pelo Ministério Público contra o Senhor Michel Temer. Entendam esses senhores: essa denúncia não é de Rodrigo Janot, é uma denúncia do Ministério Público. É uma denúncia que aponta por elementos que não são da convicção pessoal do Sr. Rodrigo Janot. São elementos de um inquérito da Polícia Federal que apontam que uma quadrilha se instalou no Governo central deste País e que o comandante-chefe dessa quadra é o Presidente da República. É essa a conclusão a partir de um inquérito da Polícia Federal, com todos os elementos de inquérito da parte da Polícia Federal.

E todos esses elementos indicam e o Ministério Público... A escolha pessoal da Dr^a Raquel daqueles que vão assessorá-la não tem nenhuma relação com o desmonte de força-tarefa de Lava Jato, de recuo de parte do Ministério Público. Ao contrário, foi reafirmado que o Ministério Público vai continuar na escalada e na estrada que já foi aberta de combate à corrupção, associando isso a outras agendas fundamentais por parte da atuação do Ministério Público.

Então, áulicos defensores do Governo – e, eu acredito, deve ser o papel de quem defende réu –, tirem concretamente o cavalinho da chuva. Eu estou convicto, reafirmei isso para a Dr^a Raquel hoje, de que a linha que a Procuradora-Geral da República à frente do Ministério Público vai adotar é a linha que tem sido traçada nos últimos anos do papel constitucional do Ministério Público: defesa dos direitos difusos e coletivos, cumprimento do mandamento constitucional de moralidade da Administração Pública e, por conseguinte, de combate à corrupção.

Esse caminho do Ministério Público é irreversível, e o Ministério Público, como instituição indispensável à Justiça, é uno, indivisível e não depende de uma figura, de um cidadão que dele está à frente, mas depende claramente dos papéis que lhe são concedidos pela Constituição, do papel que está a desempenhar à luz da Constituição. E eu estou convicto de que esse papel o Ministério Público Federal, agora sob a direção da Dr^a Raquel Dodge, dará sequência e irá cumprir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Randolfe, pelo pronunciamento. Com certeza, vão sendo arquivados nos instrumentos desta Casa.

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

(O Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concedo, com muita honra, a palavra ao Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que estão nos assistindo e nos ouvindo pelos nossos instrumentos de comunicação do



Senado Federal, é impressionante o retrocesso que nós estamos vivendo no nosso País, e não só no processo da democracia, como aqui já foi feito pelas análises do Senador Randolfe, com intervenções atabalhoadas – espero que sejam isoladas – do General Mourão, mas como também com o retorno dos conflitos no campo, do uso do trabalho escravo, do uso do trabalho infantil. Parece que, com esse Governo, todos aqueles setores escravagistas, violentos colocam de novo a cara de fora para poder continuar aquilo que já tínhamos deixado para trás, com o retorno a essas visões preconceituosas da elite brasileira em relação aos pobres, em relação ao Nordeste, em relação às nossas regiões mais pobres.

É impressionante, de novo, a forma como setores da grande mídia tratam os trabalhadores, os nossos pobres, os negros, as chamadas minorias, os nossos indígenas, de que forma são tratadas as nossas terras, a Amazônia. Enfim, é de um retrocesso que nos constrange, principalmente aqueles que lutaram por democracia, por avanço, por soberania do nosso País, um país com tanta riqueza, um dos países mais ricos do mundo. E o momento que nós estamos vivendo é de submissão, de entrega do nosso patrimônio, de entrega da nossa soberania. É impressionante como estamos vivendo neste País, é repugnante.

Eu queria falar hoje sobre essa questão da entrega do nosso patrimônio, da entrega do nosso País, das nossas riquezas e a consequência disso principalmente sobre a nossa educação, sobre as nossas universidades, sobre os nossos institutos técnicos federais, inclusive como consequência ao Estado brasileiro, aos nossos Estados, que também são aqueles que são responsáveis pelo ensino básico, o ensino inicial de uma juventude que é – dependendo da sua preparação, do início da sua vida pessoal, na formação do seu caráter, da sua inteligência – considerada o futuro do nosso País. Isso também está em xeque, em risco. O entreguista e ilegítimo Governo Temer fez um estrago colossal nas universidades do Estado brasileiro.

Mesmo antes de entrar em vigor a famigerada PEC 55, que foi aprovada em dezembro do ano passado e que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos, a situação dos serviços públicos e do atendimento à população já era extremamente crítica, em razão dos cortes no orçamento e por falta de investimentos. As universidades e institutos federais vêm enfrentando dificuldades para manter serviços básicos, como pagamento em dia de contas de água e luz das universidades.

Os cortes no orçamento se somam a outras medidas do Governo ilegítimo e em colaboração do Congresso que representam uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e a maioria da população. Como parte do ajuste fiscal, Temer já ameaça suspender também o reajuste salarial já acordado com os servidores públicos, não bastassem os programas de demissão voluntária anunciados já há alguns dias.

Mas a crise só é para os trabalhadores e o povo pobre. A crise é só para eles. Para os poderosos, não há aperto fiscal. Ao contrário, o Governo e o Congresso planejam aprovar o chamado Refis, um programa de perdão fiscal, perdão de dívida, que vai anistiar empresas sonegadas de bilhões, sonegam e devem impostos ao Estado brasileiro.

O corte do Ministério da Educação para o sistema público de ensino superior está afetando duramente o dia a dia das universidades, paralisando pesquisas e colocando em ameaça a sobrevivência não só das universidades mas também dos institutos federais.

O estrago é colossal, a situação faz parte de uma ofensiva mais ampla contra o Estado brasileiro. No caso da educação, eu acredito que o grande objetivo é a privatização, como já está anunciada em outros setores estratégicos, base da economia do nosso País, por exemplo, o sistema



elétrico. E acho que tem como objetivo chegar à nossa Petrobras, que é dona de uma das maiores reservas minerais do subsolo chamada pré-sal, que é de minerais estratégicos, de petróleo, base, ainda, da energia de desenvolvimento das grandes plantas industriais do nosso Planeta.

Nunca antes na história deste País, ocorreu tanta deterioração do Estado brasileiro em tão pouco tempo. As ameaças, agora, recaem sobre os institutos federais e sobre as universidades.

O Governo entreguista retirou do orçamento do Ministério da Educação cerca de R\$4,3 bilhões, o que representa uma diminuição de 12% no montante anteriormente defendido, que era de R\$35 bilhões. No ensino superior, no que diz respeito ao ensino, podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que os governos Lula e Dilma pintaram as universidades brasileiras de povo, com programas de reestruturação e expansão das instituições de ensino superior – o Reuni, instituído por Lula e, na época, pelo Ministro Haddad. Foi possível expandir significativamente o acesso ao ensino superior público.

Entre 2003 e 2014, Lula e Dilma criaram 18 novas universidades federais e 173 novos *campi*, mais do que duplicando o número de vagas nas universidades públicas. O número de matrículas na pós-graduação, por sua vez, saltou de 48 mil, em 2003, para 203 mil, em 2014. No mesmo período, o número de professores substitutos caiu de 9 mil para 6 mil, enquanto o número de servidores técnicos subiu de 85 mil para 102 mil e o número de professores efetivos subiu de 40 mil para 75 mil, ou seja, valorizando ainda mais a qualificação da mão de obra de professores, de doutores e de mestres para as nossas universidades.

Com a Lei de Cotas, sancionada em 2012, garantiu-se que 50% das vagas oferecidas a universidades e institutos federais de ciência e tecnologia sejam ocupadas por estudantes oriundos do ensino médio público, com cotas para negros, pardos e indígenas.

O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em dezembro de 2011, foi a principal iniciativa do governo no que diz respeito à internacionalização da educação superior. Entre 2011 e 2014, foram concedidas 101 mil bolsas no Programa Ciência sem Fronteiras, sendo 78 mil para graduação, 96 para jovens talentos, 599 para mestres profissionais, 9 mil para doutorados (3 mil para doutores plenos e 6 mil para pós-doutorados) e 2 mil para pesquisadores visitantes.

Os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Austrália, Alemanha, Espanha, Itália, Irlanda e Hungria foram os dez destinos que mais receberam estudantes brasileiros.

Do total de estudantes beneficiados, 25% são jovens de famílias com renda de até três salários mínimos e mais da metade são de famílias com renda de até seis salários mínimos, o que revela o papel inclusivo do programa, sem o qual os jovens de origem popular nunca teriam oportunidade de estudar no exterior.

Todos esses programas foram importantes para os avanços e, com o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, são políticas públicas que dialogam com as demandas apresentadas pela sociedade e nas conferências nacionais de educação. Por isso, conseguimos avanços importantes num processo de um país desenvolvido, soberano, porque a educação cumpre um papel estratégico no processo do desenvolvimento do nosso País e da soberania perante os outros povos desenvolvidos.

Mas todo esse legado, infelizmente, está sendo jogado na lata de lixo pelo governo ilegítimo de Temer. Desde que assumiu a Presidência da República, com o novo Ministro da Educação, estamos testemunhando retrocessos inimagináveis na área de educação.



A Emenda Constitucional 95, além de congelar os investimentos públicos durante 20 anos, anula também por duas décadas, o piso constitucional dos impostos e contribuições vinculados à educação.

De modo completamente autoritário, o Governo ilegítimo reformulou o ensino médio, desvirtuando o conceito de educação básica, retirando o direito de os estudantes escolherem quais itinerários formativos desejam cursar e avançando na precarização e privatização do ensino ao reconhecer, para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, experiências adquiridas fora do ambiente escolar e cursos de educação a distância.

Ademais, a política de austeridade do Governo ilegítimo vem sendo responsável pela descontinuidade ou pelo desmonte de políticas extremamente importantes, como o ProInfância, o Mais Educação, o Ciência sem Fronteiras, o Pronatec e o Fies.

A situação mais grave, entretanto, é a das universidades públicas, dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e das agências de fomento à pesquisa. Após um vigoroso processo de expansão dos investimentos públicos em educação e de expansão das universidades e dos institutos federais, o Governo ilegítimo está cortando os investimentos e comprometendo a manutenção das instituições.

De acordo com as entidades representativas das universidades públicas e dos institutos federais de educação, o orçamento para o custeio das instituições se esgotará em setembro – parece que aqui tem estudantes –, enquanto o orçamento para investimentos foi reduzido pela metade. As consequências são obras paralisadas, contas de água e energia comprometidas, extinção de bolsas de pesquisa e extensão, fechamento de laboratórios, suspensão dos projetos de pesquisa e demissão de terceirizados.

Felizmente, a sociedade brasileira está se mobilizando, está reagindo.

Quero falar hoje de uma audiência pública que aconteceu lá no meu Estado, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que está realizando, através de audiências públicas, debates para que a sociedade brasileira se mobilize contra esse desmonte, principalmente no setor da educação, e esteja atenta também aos desmontes em outras áreas, como o projeto Minha Casa, Minha Vida; o Bolsa Família; o Luz para Todos; as creches; o Mais Médicos. Tudo isso é um desmonte do Estado social que nós estávamos construindo no nosso País, para implementar o chamado Estado mínimo, em que entrariam os interesses principalmente do capital internacional, dos banqueiros internacionais que pensam em colocar as nossas riquezas a serviço dos capitalistas internacionais, principalmente os bancos, porque eles ganham e acumulam riqueza sem ter um processo de atividade produtiva. É a partir do capital nacional que investem no desenvolvimento nacional de cada país. Por isso, há toda uma mobilização.

Os setores da mídia brasileira que têm compromisso também com o nosso País começam a dar eco a grandes mobilizações, como os próprios setores da sociedade brasileira que tratam da educação estão dando espaço para os nossos pesquisadores e para os nossos reitores que já estão denunciando esse estado de calamidade a que se chegou através dos cortes de orçamento e das políticas de restrição orçamentária do Governo ilegítimo, o que está trazendo graves problemas, com o desmonte da educação pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Paulo Rocha, só um minutinho. Permita-me interrompê-lo.

É só para dar – já estão de saída – as boas-vindas do plenário do Senado aos estudantes do ensino fundamental do Colégio Santo Américo, de São Paulo. Sejam bem-vindos!



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sejam bem-vindos! Prestem atenção! Quem sabe não há aí bons e futuros Deputados ou Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Paulo Rocha, pode prosseguir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por fim, Senador Randolfe Rodrigues, eu queria trazer essas preocupações, a fala das nossas assembleias legislativas que já está acontecendo nos nossos Estados e a fala, os reclamos também dos nossos reitores, através do Presidente da Andifes, o Reitor Emmanuel Tourinho, da Universidade Federal do Pará:

Mesmo que as instituições tivessem autorização para gastar 100% do valor, a grande maioria delas fecharia o ano no vermelho, pois os contratos como prestação de serviço são reajustados anualmente, e o orçamento de 2017 não repôs a inflação. Com os recursos disponíveis hoje, só conseguiremos honrar os compromissos até setembro. Depois disso, será uma incógnita.

É a isso que o Governo Temer levou a educação e o ensino público superior do nosso País. Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Paulo Rocha, cumprimento V. Ex^a pelo importante pronunciamento.

Após o pronunciamento de V. Ex^a, não havendo mais oradores inscritos, nós declaramos encerrada a sessão deliberativa do Senado Federal desta segunda-feira, 18 de setembro de 2017, convidando, convocando todas as Sr^{as} e Srs. Senadores para a sessão deliberativa ordinária amanhã, a partir das 14h.

Está encerrada.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 134ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 62/2017/CAE

Brasília, 08 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 28ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 08 de agosto de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Ofício "S" nº 52 de 2017 (Ofício nº 11.337/2017/SE-MF), de 28 de julho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se pode acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 63/2017/CAE

Brasília, 08 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 28ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 08 de agosto de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 23 de 2017 (Aviso nº 196/MF na origem), de 17 de julho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao segundo trimestre de 2017.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 64/2017/CAE

Brasília, 08 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

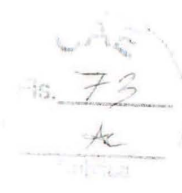
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 28ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 08 de agosto de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 26 de 2017 (Aviso nº 49/2017-BCB na origem), de 26 de julho de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Ofícios n^{os} 62 a 64, de 2017, da CAE, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão do inteiro teor dos Avisos n^{os} 23 e 26, de 2017; e do Ofício n^o S/52, de 2017, e recomendando o arquivamento das matérias.

As matérias vão ao Arquivo.



Discursos e documentos encaminhados à publicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

18/09/2017

**DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203,
COMBINADO COM O ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO**

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata /PSDB - ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado "O desastre social a era Dilma", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 03 de setembro de 2017.

O editorial destaca que o impeachment retirou do poder aquela que o ocupava com base numa vitória eleitoral conquistada por meio de uma campanha mentirosa. Só agora surgiram dados consistentes, baseados em estatísticas oficiais, que comprovam a inescrupulosa manipulação de indicadores econômicos e sociais pelo lulo-petismo para permanecer no poder.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais* do Senado Federal.



C. S. P. - L. 03/09/2017

O desastre social na era Dilma

Já estava claro que a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 se baseara em discursos mentirosos e informações fraudadas, pois as condições de vida da população se deterioravam. O impeachment retirou do poder aquela que o ocupava com base numa vitória eleitoral conquistada por meio de uma campanha mentirosa. Mas só agora surgem dados consistentes, e baseados em estatísticas oficiais, que comprovam a inescrupulosa manipulação de indicadores econômicos e sociais pelo lulopetismo para permanecer no poder.

Desde 2013 a sociedade brasileira, sobretudo sua parcela mais vulnerável, vinha sendo sacrificada pelos erros e pelas aventuras da política econômica petista. A deterioração social se acentuou no ano seguinte, justamente aquele em que Dilma foi reeleita, e prosseguiu ao longo de seu segundo mandato, como mostra o *Atlas da Vulnerabilidade Social*, a plataforma de indicadores sociais que acaba de ser lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

É notória, no estudo, a perda de velocidade do processo de redução da vulnerabilidade social no Brasil nos cinco anos completos em que Dilma ocupou a Presidência da República (de 2011 a 2015). Construído pelo Ipea com base em 16 indicadores classificados em 3 dimensões (infraestrutura urbana, capital humano e renda/traba-

lho), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) mostrou acentuada queda entre 2000 e 2010, mas essa tendência de redução perdeu ritmo na era Dilma. Alguns indicadores pioraram notavelmente. De 2014 para 2015, o IVS subiu de 0,243 para 0,248.

“Olhando de 2014 para 2015, os resultados do IVS apontam para um momento de inflexão”, diz a coordenadora técnica do *Atlas*, Bárbara Oliveira Marguti. “Nesse momento, há aumento de 2% da vulnerabilidade social no País, indicando que a tendência de queda dos últimos 14 anos pode estar estagnada.”

É muito provável, de fato, que, em razão do aprofundamento da recessão daí em diante, novos estudos do Ipea venham a mostrar que outros indicadores também pioraram nos dois anos seguintes, dando a real dimensão da herança maldita do lulopetismo no campo social.

No período 2000-2010, cujos dados são baseados nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IVS caiu anualmente à média de 2,7%, o que permitiu que, pelos critérios de avaliação do Ipea, a vulnerabilidade social do País caísse de média para muito baixa. Entre 2011 e 2015 – para os quais se utilizaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), também do IBGE –, a média de redução anual do IVS caiu para 1,75%, quase um ponto porcentual menos

do que a média dos 11 anos anteriores. Assim, a vulnerabilidade aumentou.

O fator que mais afetou a variação do IVS no período analisado pelo Ipea foi o relativo ao mercado de trabalho, que é composto de diversos indicadores. De 2000 a 2010, o IVS de renda e trabalho caiu cerca de 34%, o que resultou na redução média anual de cerca de 3,4%. Entre 2011 e 2015, caiu apenas 3,3%, à média de 0,8% por ano. Mas, de 2013 a 2015, esse indicador piorou 10,8%. De acordo com os dados compilados pelo Ipea, o IVS de renda e trabalho ficou estagnado entre 2013 e 2014. Era a clara indicação de que a crise já afetava a população no período que antecedeu a reeleição de Dilma. O índice aumentou bruscamente em 2015, primeiro ano do segundo mandato da ex-presidente.

O IVS é um indicador abrangente das condições de vida da população. As disponibilidades de infraestrutura urbana são aferidas como base em extensão dos sistemas de coleta de lixo e de saneamento básico, além do tempo de deslocamento entre residência e trabalho. O indicador de capital humano é baseado em dados como mortalidade infantil, escolaridade, analfabetismo e situação familiar. Já o de renda e trabalho, além da situação do mercado de trabalho, avalia também a qualidade do trabalho. Por isso, o IVS dos primeiros anos pós-lulopetismo deverá ser tão ruim quanto o dos últimos da era Dilma, ou pior.



Documento encaminhado à publicação pelo
Senador Jorge Viana, nos termos do art. 210 do
Regimento Interno



JANIO DE FREITAS

Raquel Dodge precisa continuar com o combate à corrupção

Muitos esperam, com Michel Temer, que este último dia de Rodrigo Janot como procurador-geral da República marque o fim de um ciclo. É o que a futura procuradora-geral Raquel Dodge, a ser empossada amanhã, precisa impedir. Já que estamos enlameados de vergonha pelos borrifos do lodaçal de corrupção, não há por que parar, nem mesmo recuar. O melhor é ir em frente. Ir logo até o fim, seja qual for. Para isso, o que se espera de Raquel Dodge é a compreensão de que só será possível com o reenquadramento das instituições na sua natureza e nos seus limites. E nisso a sua contribuição é o reajuste de valores, concepções e métodos deformados na busca descontrolada de punições como moralização.

Rodrigo Janot representou um avanço em comparação a seus dois últimos antecessores. Antonio Fernando de Souza e Roberto Gurgel satisfizeram-se mais com adjetivos que com apurações substantivas do que constituiu, de fato, o mal denominado mensalão: erros, para menos e para mais, perduram ainda. Janot mostrou, no entanto, uma tolerância com deslizes da Lava Jato que a prejudicaram muito.

Seria possível que, em vez de complacente, fosse ele o indutor de condutas exacerbadas. Mas deu sinais contrários. Quando a onda de "vazamentos" ilegais, muitos inverdadeiros, provocou críticas até no Supremo, Janot emitiu nota e declarações que, apesar de sinuosas, não endossavam o que eram práticas só explicáveis por motivações políticas. Se não endossava, não seria o indutor, mas o chefe solidário ou conformado.

O caráter político da Lava Jato até hoje ocupa adeptos seus com pretensas negativas: artigos e declarações sem fim. Nestes últimos dias, Janot deixou-lhes uma armadilha. Está no seu pedido de arquivamento da investigação de José Sarney, Renan Calheiros e Romero Jucá, cuja prisão chegara a pedir. Agora, usou o argumento de que não consumaram a idealizada obstrução de justiça, inexistindo o delito. Pois bem, a nomeação de Lula para ministro de Dilma, ouvida em grampo ilegal feito por Sergio Moro e por ele divulgado, também não se consumou, inexistindo o delito.

No caso da nomeação, porém, a Lava Jato quis o processo contra Lula, pela alegada intenção, e Sergio Moro quis julgá-lo. E nem se trataria, com a nomeação, da obstrução de justiça de que fala a Lava



Jato: a nomeação apenas transferiria o assunto Lula do cadafalso de Curitiba para o do Supremo. Não há, entre os dois casos, tratamento diferenciado? Há outra causa que não a política, para os tratamentos diferentes?

O denunciismo e a voracidade punitiva, incompatíveis com justiça, Ministério Público, Judiciário, moralização e lealdade constitucional, gozaram sob Janot, na Lava Jato, de liberdade injustificável. O show de Deltan Dallagnol, com aqueles círculos e setas contra Lula tratado como se condenado, foi uma aberração autoritária que manchou para sempre o Ministério Público. Um abuso de poder, inconsequente em dois sentidos: não tinha razão de ser nas obrigações da Lava Jato, por isso não produziu qualquer efeito nas apurações devidas, e nenhuma providência mereceu de Janot, ao menos em respeito aos estarrecidos com a depreciação do Ministério Público.

Janot deixa a Procuradoria enrolada com Joesley Batista. O problema começou no "prêmio" de imunidade judicial dado ao delator. Agravou-se no exagero de Janot ao descrever o teor da conversa gravada de Batista com seu parceiro de subornos. Daí decorreu a oportunidade de Janot satisfazer às críticas pelo "prêmio". E, como complemento provisório, uma vindita que inclui o Supremo.

O descritório dos "prêmios" aos delatores, concedidos pelos procuradores e por Janot, merecia mais escândalos do que apenas a imunidade agora cassada de Joesley Batista. A Paulo Roberto Costa, por exemplo, foi concedida a permanência dos bens postos em nome de familiares seus. O reincidente Alberto Youssef, que voltou ao crime porque "premiado" com a liberdade em sua primeira delação (caso Banestado), pôde também transferir bens, como vários outros. Usado o "prêmio" de Youssef para explicação, diz a Procuradoria-Geral que ele "reconheceu quais eram os bens que são produto ou proveitos de atividade criminosa". O dinheiro de delatores tem diferenças quando provém de crimes.

Como "tantos são os fatos e tão escancaradamente comprovados" de corrupção, nas palavras recentes de Rodrigo Janot, é preciso continuá-lo. Corrigido.



Encaminhamento de matéria



Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2015, uma vez já instruído pela CAS, vai à CTFC.



PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO



PRIMEIRA SECRETARIA

RECONDUÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 22, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e em face do que consta no Processo nº 00200.003838/2016-74; RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir integralmente a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR-PAD**, instituída pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 06, de 2017, publicada no Boletim Administrativo do Pessoal nº 6214, Seção I, de 13 de março de 2017, a partir de 13 de setembro de 2017.

Art. 2º - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.



PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 23, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e em face do que consta no Processo nº 00200.007690/2017-28; RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 15 (quinze) dias, a partir de 11 de setembro do corrente ano, o prazo para a conclusão dos trabalhos da **COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINAR**, instituída pela Portaria do 1º Secretário nº 19, de 2017, publicada no Boletim Administrativo do Pessoal nº 6318, Seção I, de 11 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6343-1 de 18/09/2017](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

PRORROGAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 24, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em face do que consta no Processo nº 00200.005593/2017-09 e com fulcro no art. 133 , § 7º, da Lei nº 8112 , de 1990, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 15 (quinze) dias, a partir de 18 de setembro do corrente ano, o prazo para a conclusão dos trabalhos da **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, instituída pela Portaria do 1º Secretário nº 21, de 2017, publicada no Boletim Administrativo do Pessoal nº 6323, Seção I, de 18 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6343-1 de 18/09/2017](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

SUSPENSÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 25, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, com fulcro na competência delineada no art. 137, inciso II, alínea "a", do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base nos fatos apurados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 13, de 2017, constantes do Processo nº 00200.006952/2017-37, e nas razões nele aduzidas, RESOLVE aplicar ao servidor **LUIZ SÉRGIO DE VASCONCELOS**, matrícula nº 25048, a penalidade de SUSPENSÃO DE 90 DIAS, nos termos dos arts. 127, inciso II, e 130, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, por inobservância aos deveres previstos no art. 116, incisos I, IX e XI, do referido diploma legal.

Senado Federal, 13 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6343-1 de 18/09/2017](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 26, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e em face do que consta no Processo nº 00200.03838/2016-74; RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **CLÁUDIO DEMCZUK DE ALENCAR**, matrícula 55958, para atuar como defensor dativo no referido processo.

Art. 2º Determinar a adoção das providências necessárias para que o servidor tenha amplo acesso aos autos do processo, para o exercício da defesa.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6343-1 de 18/09/2017](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

ADVERTÊNCIA ESCRITA

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 27, de 2017

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e em face do que consta no Processo nº 00200.02597/2016-46; RESOLVE:

Art. 1º Acatar os termos do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 05/2017, e aplicar ao servidor **CARLOS ANDRÉ FERREIRA ALFAMA**, matrícula 257221 a penalidade de ADVERTÊNCIA ESCRITA, pela prática das infrações previstas no art. 117, da Lei nº 8.112, de 1990, cominada com o art. 178 do Regulamento Administrativo do Senador Federal; e no art. 176, inciso XIX, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 2º Determinar à Diretoria-Geral que adote as providências necessárias para o prosseguimento das investigações dos fatos relatados no Ofício nº 025/2017-SPSF, de 19/04/2017 (NUP 00100.060398/2017-61) e seus desdobramentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de setembro de 2017. **José Pimentel**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6343-1 de 18/09/2017](#)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
PODE - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Aírton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 23

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 8

PSB-5 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

PODE - 3

Alvaro Dias.	PR
José Medeiros.	MT
Romário.	RJ

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	23
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	8
PODE.	3
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (PODE-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>PMDB - 23</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 8</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71,145) Vanessa Grazziotin (17,22)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 5 Lídice da Mata (13,19,146)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,145)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (120)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (128,149) José Medeiros (12,14,18,88,130,143,148) Sérgio Petecão (10,133,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p>	<p>PODE - 3</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODE (16,65,137)</p> <p>Vice-Líder José Medeiros (12,14,18,88,130,143,148)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,113)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Aírton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)



Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3511
E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁸⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,17)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. VAGO ^(8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,29)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4.
Senadora Simone Tebet (7,15)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,16)	2.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁴⁾	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
VAGO ^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (17)	
Senador Hélio José (DF) (18)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (16)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,11,14)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,15)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfé Rodrigues (REDE-AP) (9)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (10)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (12,13)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,19)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
10. A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.

13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.

14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.

15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.

16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.

17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.

18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE

Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL (Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

